

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONTROLADORIA

VALKIRIA FARIAS DO ROSÁRIO CAVALCANTE

RELAÇÃO DA GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO E A CONTABILIDADE

Maringá

2022

VALKIRIA FARIAS DO ROSÁRIO CAVALCANTE

RELAÇÃO DA GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO E A CONTABILIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, área de concentração Controladoria, da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Simone Leticia Raimundini Sanches

Maringá

2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C377r

Cavalcante, Valkiria Farias do Rosário

Relação da governança da informação e a contabilidade / Valkiria Farias do Rosário Cavalcante. -- Maringá, PR, 2023.
80 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Letícia Raimundini Sanches.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2023.

1. Governança da informação. 2. Gestão da informação - Contabilidade. 3. Informação contábil. 4. Governança corporativa. 5. Governança da informação contábil. I. Sanches, Simone Letícia Raimundini, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Contábeis. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. III. Título.

CDD 23.ed. 657.6



DECLARAÇÃO

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h00min., no Bloco B-12, sala 015, realizou-se, no *Campus* Sede da Universidade Estadual de Maringá, a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado, sob o título: “Percepção da Área Contábil Sobre a Relação da Governança da Informação e a Contabilidade”, de autoria de **Valkiria Farias do Rosário Cavalcante**, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Mestrado – Área de Concentração: Controladoria - Linha de pesquisa em Contabilidade para Usuários Externos. A Banca Examinadora foi composta pelos professores:

Membros da Banca	Função	IES
Prof. ^a Dr. ^a Simone Leticia Raimundini Sanches	Presidente	PCO/UEM
Prof. ^a Dr. ^a Joyce Menezes da Fonseca Tonin	Membro examinadora	PCO/UEM
Prof. Dr. Sady Mazzioni	Membro examinador	IES/UNOCHAPECÓ

Concluído os trabalhos de apresentação e arguição, a aluna foi **APROVADA** pela Banca Examinadora. A validação da aprovação na Defesa Pública está condicionada a aluna apresentar a versão definitiva da Dissertação, no prazo de 60 (sessenta) dias, de acordo com Art. 72 da Resolução nº 095/2018-CI/CSA, para a expedição do Diploma de Mestre. Para constar, a presente Ata foi lavrada e assinada pelo Coordenador do Programa e pelos membros da Banca Examinadora.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Maringá Pr., 28 de outubro de 2022.

PROF. DR. REINALDO RODRIGUES CAMACHO
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis

Dedico este trabalho a Deus, Pai, Filho e Espírito Santo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por abundar sua graça em minha vida; por sua infinita bondade, mesmo sem eu merecer; por me amar; por ter dado seu filho amado em meu favor; pelo ar que eu respiro; por minha saúde; pelo dom da vida; por cuidar de mim e dos meus; por ter me sustentado nessa jornada e pela promessa da vida eterna.

Nesse processo de mestrado, sou grata à minha família, em especial, minha mãe e meu esposo, Fabrício. Agradeço por serem minha base e cuidado o todo tempo.

Agradeço à Professora Simone Letícia Raimundini Sanches, pela orientação, apoio e aprendizado durante minha jornada de mestrado. Sua paciência e persistência foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui. Sou grata também pela vida da professora Kalliandra Quevedo Conrado, que me estendeu a mão e ajudou no processo de revisão da minha pesquisa. Não há palavras que possam descrever minha gratidão aos seus ensinamentos. Agradeço, além disso, à professora Laura Roratto Foletto, por me ajudar na reta final da dissertação.

Aos meus colegas de turma e, em especial, à minha colega Janaína. Agradeço pela sinceridade, parceria nos artigos e trabalhos das disciplinas, ideias, revisões, todas muito bem utilizadas em minha pesquisa.

Expresso meu agradecimento ao grupo de pesquisa GPMEN da Universidade Estadual do Norte Pioneiro do Paraná (UENP), excepcionalmente, à Professora Annecy e à Professora Lúcia, por serem meu primeiro contato com a pesquisa.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, Professores Sady e Joyce pelas contribuições. E aos professores Ilírio e Alcindo, que contribuíram com sugestões riquíssimas direcionadas à minha pesquisa.

Agradeço a todos os profissionais que participaram desta pesquisa e a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para o seu desenvolvimento.

Por fim, agradeço a todos os docentes do programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), por todo conhecimento compartilhado nas disciplinas.

*“Eu nunca te deixarei, jamais te abandonarei.”
(Bíblia Sagrada: Hebreus 13:5)*

Cavalcante, V. F. R. (2022). *Relação da Governança da Informação e a Contabilidade*. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.

RESUMO

No ambiente contábil, a integração de informações qualitativas e quantitativas tem sido um dos desafios contemporâneos para as organizações e gestores. Soma-se a esse desafio o uso de tecnologias da informação, risco e segurança de dados, infraestrutura de sistemas e tecnologias da informação e cultura organizacional. Isso requer que o profissional contábil tenha perfil analítico para gerenciar a informação e conheça o negócio, tecnologias e sistemas de informação. A Governança da Informação, como uma especificação da governança corporativa, tem seu foco no modelo de gestão da informação. Considerando que a Contabilidade é o banco de dados que consolida a informação corporativa, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender a relação entre Governança da Informação e a Contabilidade. Para isso, em um primeiro momento, foi desenvolvida uma revisão sistemática da literatura, que, por meio do software *Vosviewer*, identificou a relação existente entre a Governança da Informação e a Contabilidade. Nesta etapa, os principais resultados foram os três *clusters* de coocorrência: Governança da Informação e governança corporativa, governança da tecnologia da informação e com a informação contábil; Governança da Informação e a gestão, segurança e qualidade das informações e Governança da Informação e o gerenciamento dos registros (dados), auditoria, Contabilidade e *compliance*. Esses resultados são provenientes de estudos predominantemente internacionais. No segundo momento, foi desenvolvido um estudo com o método *Delphi ranking-type* com profissionais, docentes e/ou pesquisadores de gestão ou Contabilidade no Brasil para analisar a compreensão sobre Governança da Informação e Contabilidade. Os principais resultados indicam que os especialistas participantes tiveram maior ranqueamento de consenso sobre os benefícios da Governança da Informação, contudo a compreensão do objetivo e a composição da equipe e coordenação da Governança da Informação obtiveram as menores médias de ranqueamento de consenso. A principal conclusão é que os estudos sobre o tema indicam as possíveis relações entre a Governança da Informação e Contabilidade, porém entre profissionais e pesquisadores e/ou docentes contábeis brasileiros, essa relação não é observada como consenso, principalmente, nos aspectos de objetivo, estrutura e equipe. Adicionalmente, pode-se concluir que entre os profissionais e pesquisadores e/ou docentes tem-se uma expectativa do potencial da Governança da Informação para a Contabilidade como uma metodologia de gestão das informações. Tais benefícios são identificados na literatura. Este estudo contribui para as práticas de governança corporativa com ênfase para a gestão da informação e indica oportunidade de estudos sobre a relação da Governança da Informação com a Contabilidade, especificamente, em sistemas de informações.

Palavras-chave: Governança da Informação. Informação Contábil. Governança da Informação Contábil. Governança Corporativa.

Cavalcante, V. F. R. (2022). *Relationship of Information Governance and Accounting*. Master's Dissertation in Accounting Sciences, State University of Maringá, Maringá, PR, Brazil.

ABSTRACT

In the accounting environment, the integration of qualitative and quantitative information has been one of the contemporary challenges for organizations and managers. Added to this challenge is the use of information technologies, risk and data security, systems infrastructure and information technologies and organizational culture. This requires that the accounting professional has an analytical profile to manage information and know the business and information technologies and systems. Information Governance, as a specification of corporate governance, focuses on the information management model. Considering that Accounting is the database that consolidates corporate information, the general objective of this research was to understand the relationship between Information Governance and Accounting. For this, at first, a systematic review of the literature was carried out which, using the Vosviewer software, identified the relationship between Information Governance and Accounting. At this stage, the main results were the three co-occurrence clusters: Information Governance and corporate governance, information technology governance and accounting information; governance and management of information, security and quality of information and; Information Governance and records (data) management, auditing, accounting and compliance. These results come from predominantly international studies. In the second moment, a study was developed using the Delphi classification method with professionals, professors and/or researchers of administration or accounting in Brazil to analyze the understanding of Information Governance and Accounting. The main results indicate that the participating specialists obtained the highest consensus scores on the benefits of Information Governance, however the understanding of the objective and the composition of the team and coordination of Information Governance obtained the lowest averages of consensus evaluation. The main conclusion is that studies on the subject point to possible relationships between Information Governance and Accounting, but among Brazilian professionals and researchers and/or accounting professors this relationship is not observed as a consensus, especially in the aspects of objective, structure and team. Additionally, it can be concluded that among professionals and researchers and/or professors there is an expectation of the potential of Information Governance for Accounting as an information management methodology. Such benefits are identified in the literature. This study contributes to corporate governance practices with an emphasis on information management. And, it points to an opportunity for studies on the relationship between Information Governance and Accounting, specifically in information systems.

Key-words: Information Governance. Accounting information. Governance of Accounting Information. Accounting.

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO

Figura 1 – Desenho da Pesquisa 18

ARTIGO I - REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: ESTADO DA ARTE ENTRE GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO E A CONTABILIDADE

Figura 1 – Princípios que Regem a GI 24

Figura 2 – Mapa de Rede de Conexões 33

ARTIGO II: GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DE ESPECIALISTAS EM GESTÃO E CONTABILIDADE

Figura 1 – Embricamento da GC, GI, GD e GTI 52

Figura 2 – Framework da Governança da Informação 54

LISTA DE TABELAS

ARTIGO I - REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: ESTADO DA ARTE ENTRE GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO E A CONTABILIDADE

Tabela 1 – Fases da Revisão Sistemática	25
Tabela 2 – Apresentação Sintética dos Dados Coletados na RSL e Resumo das Implicações da GI	29
Tabela 3 – Apresentação sintética do cluster vermelho	34
Tabela 4 – Apresentação sintética do cluster verde	36
Tabela 5 – Apresentação sintética do cluster azul	37

ARTIGO II – GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DE ESPECIALISTAS EM GESTÃO E CONTABILIDADE

Tabela 1 – Critérios de Seleção dos Especialistas Profissionais e Pesquisadores	58
Tabela 2 – Características dos Especialistas	59
Tabela 3 – Bloco A – Objetivos da Governança da Informação	60
Tabela 4 – Bloco B – Coordenação e Composição da Equipe de GI	61
Tabela 5 – Bloco C – Framework da Governança da Informação	62
Tabela 6 – Bloco D – Governança Corporativa e suas Relações	64
Tabela 7 – Bloco E – Contribuições da Governança da Informação às atividades administrativa, financeira e contábil	65
Tabela 8 – Resultado Consolidado sobre Governança da Informação	66
Tabela 9 – Análise das Sugestões de Novas Perguntas	67
Tabela 10 – Resultado Consolidado 2a rodada - Consenso de Governança da Informação ..	68
Tabela 11 – Resultado Consolidado da 1a e 2a rodada . Consenso de Governança da Informação	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARMA	<i>International Information Governance Maturity Model</i>
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
GC	Governança Corporativa
GD	Governança de Dados
GI	Governança da Informação
GTI	Governança de Tecnologia da Informação
GR	Gerenciamento de Registros
GRI	Gerenciamento de Informações
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
RSL	Revisão Sistemática da Literatura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Contexto.....	15
1.2	Problema de Pesquisa	16
1.3	Objetivos.....	16
1.3.1	Objetivo Geral	16
1.3.2	Objetivos Específicos	16
1.4	Justificativa	16
1.5	Percurso Metodológico	17
1.6	Estrutura da Dissertação	17
2	ARTIGO I: RELAÇÕES ENTRE A GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO E A CONTABILIDADE	19
1	INTRODUÇÃO.....	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	Governança da Informação e Contabilidade.....	22
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
4	RESULTADOS	28
4.1	<i>Corpus</i> da Revisão Sistemática da Literatura	29
4.2	Submissão e Análise do <i>Corpus</i> da Pesquisa	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	42
3	ARTIGO II: GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DE ESPECIALISTAS EM GESTÃO E CONTABILIDADE	47
1	INTRODUÇÃO.....	47
2	REFERENCIAL TEÓRICO	50
2.1	Governança da Informação: origem e relações	50
2.2	Estrutura da Governança da Informação	54
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
3.1	Aplicação do Método <i>Delphi</i>	56
3.2	Escolha e Perfil dos Especialistas.....	58
4	RESULTADOS	59
4.1.1	Primeira Rodada	59
4.1.2	Fase <i>Brainstorming</i>	60
4.1.3	Sintetização.....	66
4.2	Resultados da Segunda Rodada	67

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS	71
	Apêndice A – Questionário Estruturado (1ª rodada).....	74
	Apêndice B – Questionário Estruturado (2ª rodada)	76
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contexto

Gerar e administrar informações é uma das características essenciais da Ciência Contábil (Salehi, 2022). Fatores tecnológicos, como *big data* e internet das coisas, devem ser considerados nesse contexto, no qual, cada vez mais, amplia-se o volume de dados usados para gerar e administrar as informações nas organizações (Apostolou, Dorminey & Hassell, 2022; Oliveira, Behr & Maçada, 2019). Isso afeta as funções e o fluxo do trabalho dos profissionais contábeis, de modo que o perfil do profissional contábil transacional tem sido substituído pelo perfil analítico, que necessita do conhecimento de diferentes áreas, incluindo a de sistemas de informações (Uyar, Gungormus & Kuzei, 2017). Portanto, os conhecimentos sobre a Governança da Informação (GI) tornaram-se necessários para o profissional contábil.

A GI é um modelo de gerenciamento das informações que contempla o ciclo informacional (como, quando e onde a informação deve ser gerada e distribuída) e os aspectos de integridade e segurança para que tenham as características que a qualificam como útil e exprimem a realidade organizacional (Isa, Sharifb, Alic & Nordind, 2019; Knight, Boyle, Eckroth, & Hermanson, 2022; Smallwood, 2014). Seu propósito é tornar a informação um recurso estratégico para as organizações, agregando valor e vantagem competitiva (Apostolou, Dorminey & Hassell, 2022; Nissim, 2022).

Desse modo, torna-se relevante que os profissionais de diferentes áreas do conhecimento sejam dotados de saberes sobre sistemas de gerenciamento de informações (Carillo, 2017; Nissim, 2022). Esse saber deve ser pautado na combinação de práticas organizacionais (*benchmark*) e de estudos aplicados visando a um diálogo entre o campo teórico e prático (Apostolou, Dorminey & Hassell, 2022; deMaine, 2016). Isso denota a necessidade de pesquisas que relacionem, por exemplo, a Governança da Informação e a Contabilidade (Nissim, 2022).

Além disso, há carência de disciplinas que instiguem a formação analítica do contador (Carillo, 2017) e relacionem a teoria com as práticas exigidas aos profissionais contábeis (deMaine, 2016). Por mais que haja esforços das universidades em disseminar o conhecimento (Knight et al., 2022; Nissim, 2022), a mudança de profissionais contábeis transacionais para analíticos perpassa pelos docentes, os quais podem ser facilitadores da aproximação entre GI e Contabilidade (deMaine, 2016).

1.2 Problema de Pesquisa

Considerando que a GI é uma prática organizacional que tem relação com processo de trabalho da Contabilidade nas organizações; que os profissionais contábeis precisam desenvolver competências que lhe habilite para atividades analíticas que conjugam diversas áreas de conhecimento, tal como a Ciência Contábil e Sistemas e Tecnologias da Informação, e esses conhecimentos podem ser desenvolvidos a partir da formação acadêmica e prática profissional, esta dissertação busca responder à seguinte questão: **Qual a relação entre Governança da Informação e Contabilidade?** Para responder essa questão, este trabalho foi estruturado em dois artigos que, em conjunto, visam responder aos objetivos propostos.

1.3 Objetivos

Para responder à questão de pesquisa são definidos o objetivo geral e os objetivos específicos. Por ser uma dissertação sob a forma de dois artigos, cada objetivo específico corresponde ao objetivo do artigo.

1.3.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem por objetivo geral **compreender a relação entre Governança da Informação e Contabilidade.**

1.3.2 Objetivos Específicos

Foi estabelecido um percurso estrutural visando cumprir o objetivo geral desta pesquisa. Dessa forma, tem-se os seguintes objetivos específicos:

- a. Identificar a relação existente entre a Governança da Informação e a Contabilidade, por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura.
- b. Analisar a percepção de profissionais, docentes e/ou pesquisadores da área contábil sobre a relação entre Governança da Informação e Contabilidade.

1.4 Justificativa

Em relação ao tema, este estudo justifica-se pela carência de trabalhos no contexto acadêmico sobre sistemas de gerenciamento de informações (Oliveira, Behr & Maçada, 2019). Ao desenvolver pesquisas que envolvam conhecimentos sobre a Governança da Informação e a Contabilidade são auxiliados tanto os profissionais que atuam em empresas quanto docentes e pesquisadores da área contábil ao identificar lacunas existentes nesses campos. Posto isto, esta pesquisa preocupa-se com o conceito e práticas sobre a Governança da Informação e sua relação com a Contabilidade, que são tratados pela pesquisa contábil e profissionais.

Nesse contexto, esta pesquisa justifica-se ao verificar essa relação pela perspectiva dos docentes, tendo em vista que são formadores e disseminadores de conhecimento. É por meio do processo de ensinar que se torna possível mudar as competências profissionais, tais como habilidades em sistemas de gestão das informações para a área contábil (Coyne, Coyne & Walker, 2018). Essas habilidades são uma carência entre os profissionais da Contabilidade (Huang & Boateng, 2016).

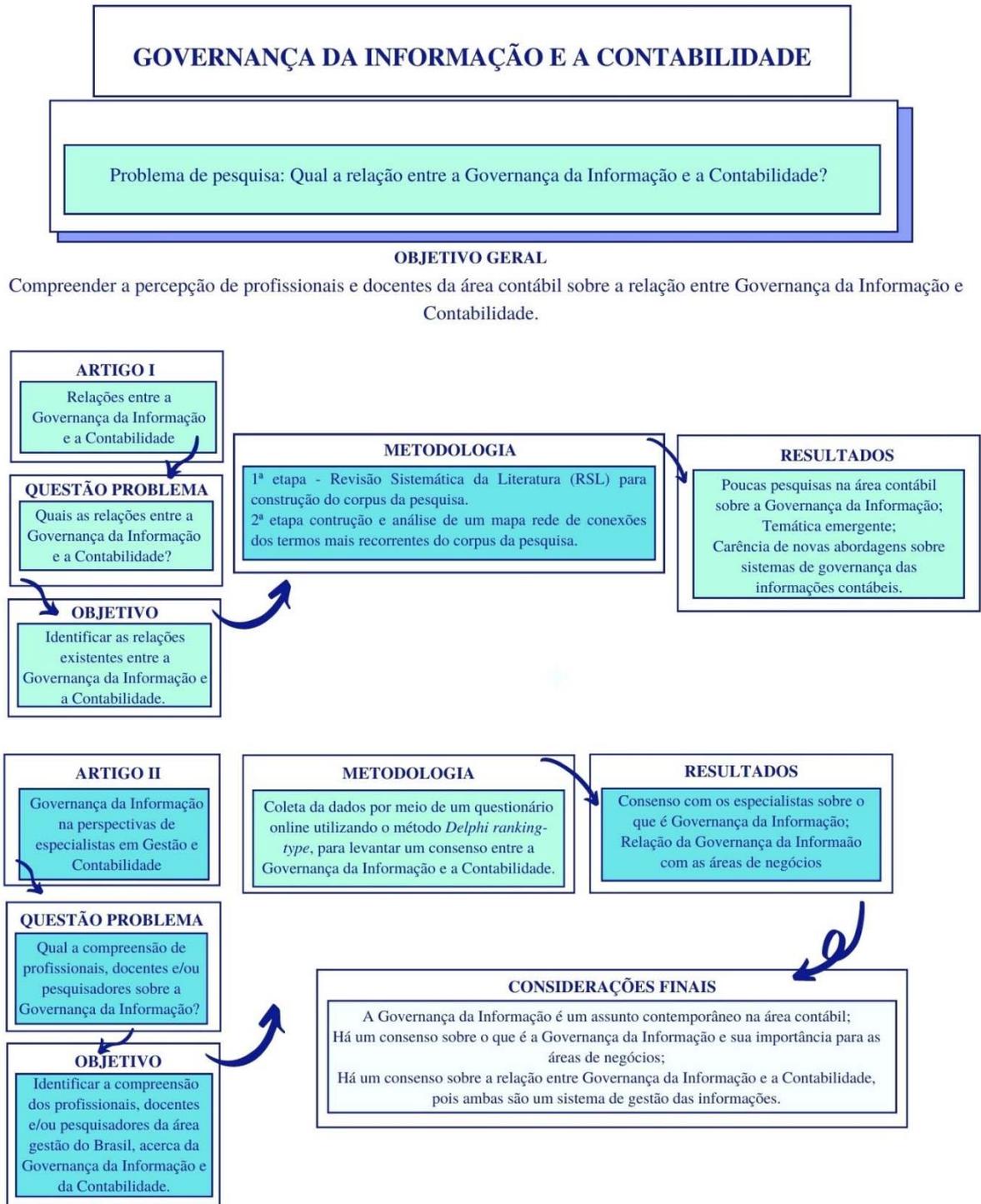
1.5 Percurso Metodológico

Para responder o problema de pesquisa, o percurso metodológico foi dividido em duas macro-fases. A primeira macro-fase é um artigo de Revisão Sistemática da Literatura sobre a Governança da Informação e a Contabilidade, para, assim, desenvolver o primeiro objetivo específico desta pesquisa. A segunda macro-fase da pesquisa trata-se de um artigo que tem por objetivo responder ao segundo objetivo específico desta dissertação, por meio do método *Delphi*.

1.6 Estrutura da Dissertação

Tendo por pretensão responder aos objetivos desta pesquisa, este trabalho está estruturado em quatro etapas, sendo a segunda e a terceira etapa constituídas por um artigo científico. A primeira etapa trata-se da introdução desta dissertação, em que se aborda sobre o tema, objetivos, justificativa, percurso metodológico e desenho da pesquisa. Já a segunda etapa trata-se do primeiro artigo que é a Revisão Sistemática da Literatura sobre a relação da Governança da Informação e a Contabilidade. A terceira etapa refere-se ao outro artigo que busca compreender a relação da Governança da Informação e a Contabilidade no contexto acadêmico. A última etapa desta dissertação enfoca os resultados, considerações finais, contribuições e limitações da pesquisa. O desenho da pesquisa é apresentado na Figura 1.

Figura 1
Desenho da Pesquisa



2 ARTIGO I: RELAÇÕES ENTRE A GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO E A CONTABILIDADE

RESUMO

A Governança da Informação está no escopo da Ciência Contábil, por meio de temas como sistema de informação e governança corporativa. Para analisar a relação entre essas temáticas, dividiu-se este trabalho em duas etapas. Na primeira etapa, ocorreu a Revisão Sistemática da Literatura, a partir de um protocolo de revisão; na segunda, utilizou-se os artigos selecionados na Revisão Sistemática da Literatura para submeter ao *software VOSviewer* com intuito de levantar um *cluster* de coocorrência dos termos mais recorrentes. Posteriormente, os termos foram analisados para verificar a relação existente entre a Governança da Informação e a Contabilidade. A Revisão Sistemática da Literatura utilizou-se materiais bibliográficos disponíveis nas bases *Web of Science*, *Science Direct* e no Portal de Periódicos da Capes. Os materiais foram tratados pelo *software VOSviewer* e foram identificados três *clusters* de coocorrência. O primeiro *cluster* identifica a relação da Governança da Informação com a governança corporativa, governança da tecnologia da informação e com a informação contábil; o segundo *cluster* identifica a relação da Governança da Informação com a gestão, segurança e qualidade das informações e o terceiro *cluster* identifica a relação da Governança da Informação com o gerenciamento dos registros (dados), auditoria, Contabilidade e *compliance*. Os resultados desta pesquisa demonstram que a Governança da Informação é uma área incipiente pela Contabilidade, que tem chamado a atenção dos pesquisadores no que se refere à gestão qualitativa das informações, por isso, faz-se necessário o estudo dessa temática. Sinalizam a Governança da Informação como método de gestão das informações corporativas, incluindo a informação contábil. Os resultados contribuem para o campo de conhecimento contábil por abordar um tema que se insere na perspectiva contábil e organizacional.

Palavras-Chave: Revisão Sistemática. Governança da Informação. Informação Contábil. Contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade é uma ciência que possui como escopo as informações econômicas e financeiras de uma organização (Lien, 2021). Seu objetivo principal é fornecer informações contábeis que sejam seguras e apropriadas às partes interessadas (Chaney, Faccio & Parsley, 2011). É certo que, com o passar do tempo, as condições para o fornecimento de informações aos usuários aumentaram, devido às novas formas e exigências no trato informacional (Falcão, Oliveira & Farias, 2021).

Diante disso, a Ciência Contábil tem sido influenciada pela transformação digital (Moura, Brauner & Janissek-Muniz, 2020). O crescimento exponencial das informações geradas em todas as organizações, que foi ocasionado pelos fenômenos tecnológicos (*big data*, internet das coisas, *blockchain*, entre outros), fez com que aumentasse as exigências de

administrar essas informações, impactando diretamente no aperfeiçoamento das rotinas contábeis (Assis, 2018; Oliveira, 2019).

De modo paralelo, Donaldson e Walker (2004) desenvolvem o conceito e a prática de Governança da Informação (GI), como uma abordagem para gerir as informações nas organizações de saúde do *National Health Service* (Reino Unido) (Kooper, Maes & Lindgreen, 2011). A partir disso, a GI tem ganhado notoriedade porque utiliza as prerrogativas da qualidade da informação, as quais se aplicam e assemelham às características qualitativas da informação contábil (Momo, 2019; Oliveira, 2019). Adicionalmente, coaduna-se com a Governança Corporativa (GC), Governança de Tecnologia da Informação (GTI) e a Governança de Dados (GD) (Coyne, Coyne & Walker, 2018; Smallwood, 2014).

Por isso, a GI vem sendo utilizada nas áreas de negócios, por possuir premissas correlatas (Lomas, 2010), uma vez que a Ciência Contábil e a GI consideram a informação como recurso estratégico nas comunicações organizacionais (Momo, 2019). E, para que as informações sejam usufruídas de forma plena, elas devem seguir planos de gestão, de segurança e proteção. A compreensão e o desenvolvimento de estratégias de gestão das informações contábeis, como a GI, auxiliarão esse campo de conhecimento na efetiva administração dessas informações (Lien, 2021; Oliveira, 2019).

A utilização de informações íntegras e tempestivas é uma das finalidades da Governança da Informação e, por conseguinte, a Ciência Contábil também utiliza as mesmas prerrogativas, a fim de disponibilizar informações contábeis essenciais aos detentores das informações (Oliveira, 2019). A Governança da Informação vem assumindo um papel de relevância nas organizações (Momo, 2019) dada a necessidade que elas possuem em administrar questões de segurança e qualidade.

Dado que o campo de conhecimento contábil, cada vez mais é desafiado a adaptar-se às novas formas e exigências da gestão informacional, a Contabilidade deve buscar novas temáticas que visem suprir essas lacunas (Falcão, Oliveira & Farias, 2021). A Governança da Informação vêm sendo utilizada nas áreas de negócios, por possuir premissas correlatas que auxiliam na administração das informações (Lomas, 2010). No entanto, este não é um tema muito explorado na Contabilidade (Oliveira, 2019).

Diante da problemática exposta, esta pesquisa visa responder ao seguinte questionamento: **Quais as relações entre a Governança da Informação e a Contabilidade?** Assim sendo, o objetivo é identificar as relações existentes entre a GI e a Contabilidade. Para atingir a esse objetivo, o percurso metodológico desta pesquisa foi dividida em duas etapas. Na primeira etapa, deu-se a construção do *corpus* da pesquisa por meio da Revisão Sistemática da

Literatura - RSL. E, na segunda, foi levantado o mapa de rede de conexões para realizar a análise dos *clusters* de coocorrência, por meio do *software VOSviewer*, dos termos mais recorrentes extraídos dos artigos da RSL.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de desenvolvimento das pesquisas no campo de conhecimento contábil, a fim de identificar pontos relacionais entre a GI e a Contabilidade, que possam auxiliar na gestão das informações contábeis (Lien, 2021; Smallwood, 2014). A presente pesquisa também se justifica por trazer temáticas que se preocupam com o padrão de confiabilidade e qualidade das informações contábeis, visto que tais metodologias tornam-se oportunas para as organizações e para o ensino contábil (Oliveira, 2019).

Sobre as contribuições desta pesquisa, ela coopera com o campo do conhecimento contábil em termos teóricos e práticos. Na esfera teórica, este trabalho evidencia a temática da GI no âmbito contábil, sinalizando oportunidades e fraquezas na formação do profissional contábil. Contribui, além disso, por realçar a necessidade de inserção de novas temáticas, como a GI, nas matrizes curriculares dos cursos das áreas de negócios, visando relacionar o que é exigido na prática profissional com o campo de conhecimento teórico. No âmbito da prática, esta pesquisa corrobora pela busca do aprimoramento do conhecimento do profissional contábil, ao evidenciar que a inserção da GI na Contabilidade pode trazer benefícios na gestão das informações contábeis. Isso porque ela aumenta os padrões de controle e minimiza os riscos de uma má gestão.

Além desta introdução, este artigo apresenta outras quatro seções. A segunda seção traz o referencial teórico desta pesquisa, em que são indicados estudos sobre os temas Governança Corporativa, Governança de Tecnologia da Informação, Governança de Dados, Governança da Informação e a Contabilidade. Na terceira seção, são demonstrados os procedimentos metodológicos utilizados. A seguir, na quarta seção, são indicados os resultados da análise, enquanto, na quinta e última seção, são apresentadas as considerações finais deste estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, discorre-se sobre o surgimento da Governança da Informação e sua relação com as outras esferas de governanças, bem como sobre os princípios da Governança da Informação aplicados à Contabilidade e à gestão das informações contábeis.

2.1 Governança da Informação e Contabilidade

O primeiro conceito que surgiu sobre gestão organizacional foi a Governança Corporativa (GC) e está relacionado aos estudos sobre Teoria da Agência (Ararat, Claessens & Yurtoglu, 2021). A GC iniciou-se diante das necessidades das empresas em estabelecer políticas e regras institucionais a fim de fornecer informações seguras e transparentes aos usuários internos e externos (Bushman & Smith, 2001). Trata-se de um conjunto de processos, instituídos com base nos interesses organizacionais e nas exigências legais, que visam auxiliar os gestores na execução de suas atividades e na tomada de decisões, além de agregar valor à organização (Assis, 2018; Balachandran & Williams, 2018; Zhou, Li & Chen, 2021).

Porém, o controle que as empresas possuem utilizando os mecanismos de GC tem sido amplo e não estratégico (Bushman & Smith, 2001). Como consequência da necessidade de um mecanismo específico para o controle e armazenamento de dados, surgiu a Governança de Tecnologia da Informação (GTI) (Weber, Otto & Österle, 2009). A GTI é parte integrante da GC (Smallwood, 2014) e possui, como premissa, a utilização dos recursos tecnológicos para garantir maior controle, confiabilidade e transparência nos sistemas de gestão (Faria, 2013). É utilizada nas outras esferas de governanças, pois consiste em estruturas, sistemas e mecanismos tecnológicos que auxiliam na administração das informações e dados organizacionais (Oliveira, 2019).

Os avanços tecnológicos fizeram com que houvesse aumento no volume de informações e dados nas empresas (Smallwood, 2014). O alto volume de informações a serem administradas fez com que muitos dos processos de gestão perdessem a qualidade (Khatri & Brown, 2010). Surgiu, então, como parte da GTI, a Governança de Dados (GD): uma metodologia que estimula a confiabilidade, a segurança, a qualidade e o padrão dos dados organizacionais (Khatri & Brown, 2010; Weber, Otto & Österle, 2009). Apesar de existirem a GC, a GTI e a GD, não havia um sistema que se preocupasse com a forma que são geridas as informações. Portanto, surgiu a necessidade de uma gestão das informações, pois a GI, por sua origem, tem o propósito de controlar a geração, o registro, o uso e o compartilhamento de informações de maneira justa, eficiente, confiável e adequada (Donaldson & Walker, 2004).

A GTI, a GD e a GI podem ser denominadas de especificidades da GC (Smallwood, 2014), consideradas como áreas relacionais, que possuem objetivos diferentes (Assis, 2018). A GTI busca orientar, avaliar, otimizar e acompanhar o uso de tecnologias dentro das organizações que auxiliam no cumprimento de seus planos institucionais (Standards Australian, 2010). A GD busca assegurar que os procedimentos de gestão (que envolvem sistemas,

processos e regras) estejam sendo utilizados de forma correta a fim de trazer mais qualidade aos dados (Khatri & Brown, 2010). Por sua vez, a GI apresenta-se como um método (ou processo) de gerenciar as informações em uma organização (Assis, 2018; Lajara, 2013; Smallwood, 2014; Willis, 2005).

A GI pode ser entendida como um conjunto de mecanismos de controle das informações de forma efetiva e segura, que contempla os objetivos da GTI e da GD, com foco na informação para decisão (Smallwood, 2014). Assim, a GI tem por premissa aumentar a capacidade econômica das empresas, dando valor às informações e transformando-as em ativos (Smallwood, 2014), ao passo que a boa governança pode vir a dirimir os riscos que uma gestão ineficiente das informações traz às organizações (Oliveira, 2019).

No Brasil, não há um código de boas práticas de GI, e sim uma Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/18). No Reino Unido, o *International's Information Governance Maturity Model* (ARMA¹) estabeleceu um manual com oito princípios que regem a GI. Os princípios são: (1) prestação de contas, (2) transparência, (3) integridade, (4) proteção, (5) conformidade, (6) disponibilidade, (7) retenção e (8) disposição, conforme pode ser verificado na Figura 1.

¹ ARMA é um órgão que estabelece e regula condutas de GI.

Figura 1
Princípios que regem a GI

Princípios	Descrição
Prestação de Contas	Delegar a responsabilidade da execução de um programa de GI a um indivíduo, para assegurar que essas práticas estão sendo adotadas e podem ser testadas (auditadas).
Transparência	Disciplina que as informações devem estar disponíveis a todas as partes responsáveis pela guarda, controle e tomada de decisão acerca dessas informações.
Integridade	As informações geradas devem ter um nível de autenticidade e veracidade.
Proteção	Refere-se à garantia de segurança dos registros de informações gerados nas organizações levando em conta quem serão responsáveis por essa guarda e a quem está disponível essas informações.
Conformidade	Princípio que é regido pelo cumprimento das regulamentações e leis impostas às empresas em relação ao fornecimento e entrega de informações.
Disponibilidade	As informações devem ser de fácil alcance, por isso as organizações precisam manter sistemas de registros de informações que sejam eficazes e eficientes.
Retenção	Prevê que as informações necessitam permanecer no sistema por determinado período, levando em conta as regulamentações de guarda das informações.
Disposição	Compreende que, depois de seguir todos os protocolos de controle, as informações devem estar "prontas" para serem utilizadas .

Nota. Fonte: *International's Information Governance Maturity Model* (2007).

Os princípios da GI estabelecidos pelo ARMA possuem associação com as características qualitativas da informação contábil, além do valor e *compliance* da informação (Lajara, 2013; Oliveira, 2019; Assis, 2018; Momo, 2019). Para esses autores, a qualidade é estruturada a partir da completude, exatidão, atualidade e acessibilidade e tem potencial para reduzir a assimetria de informação, possibilitando a contenção e o monitoramento do comportamento oportunista. O valor pode ser compreendido no âmbito do compartilhamento da informação e, respectivamente, a satisfação do usuário, todavia a informação pode não ter o mesmo valor para indivíduos diferentes, considerando que é o aspecto humano que dá sentido

à informação, caso contrário o que se tem é apenas um aglomerado de dados (Koooper, Maes & Lindgreen, 2011).

O *compliance* contempla tanto a conformidade quanto a segurança e a privacidade da informação, por isso, as políticas de geração, uso, compartilhamento e guarda da informação devem ser revistas periodicamente com vistas a adequar-se à legislação, assim como criando estruturas, padrões, funções, políticas, boas práticas, regra e uso de tecnologias para mitigar possíveis falhas (Lajara & Maçada, 2013; Merkus et al., 2019; Momo, 2019; Smallwood, 2014).

O fato de não existir um modelo de GI no Brasil denota a fragilidade que alguns setores organizacionais possuem ao gerir suas informações (Momo, 2019). Isso impacta na segurança e qualidade dos dados informacionais (Assis, 2018). Na Contabilidade, o uso e conhecimento de um programa de GI pode vir a corroborar na solução de *déficits* da gestão das informações contábeis (Oliveira, 2019).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico deste trabalho foi dividido em duas etapas. Na primeira, ocorreu a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) para construção do *corpus* da pesquisa e, na segunda, deu-se a criação e a análise do mapa de rede de conexões dos termos mais recorrentes extraídos das pesquisas selecionadas na RSL.

A RSL tem por objetivo sintetizar os conhecimentos de determinado assunto, identificando lacunas e associações que possam dar direcionamentos para futuras pesquisas (Galvão, Pansani & Harrad, 2015). Para a realização dessa primeira etapa metodológica, seguiu-se o protocolo PRISMA (Moher et al., 2009), constituído por quatro fases: (i) identificação, quando são definidos os critérios de busca do material; (ii) seleção do material bibliográfico, ou seja, estabelece as técnicas de triagem; (iii) elegibilidade, quando define os critérios de escolha dos materiais selecionados e (iv) inclusão, isto é, o *corpus* da RSL (Tabela 1).

Tabela 1
Fases da Revisão Sistemática

<i>Identificação</i>		
Etapas	Item	Descrição Sintética
1	Questão Norteadora	Há relação entre Governança da Informação e Contabilidade?
2	Objetivo	Identificar a relação da GI e a Contabilidade
3	Protocolo de Revisão	Método PRISMA
<i>Seleção</i>		
Etapas	Item	Descrição Sintética

1	Tipo de Trabalho	Foram aceitos para esta RSL somente artigos científicos revisados por pares.		
2	Período	A GI trata-se de uma temática recente, que surgiu no ano de 2004. Por este motivo, esse foi o período inicial e o período final foi o ano de 2021, por ser o ano que finalizaram as buscas de pesquisas que iriam compor esta RSL.		
3	Idioma	Inglês e Português.		
4	Área	Buscou-se artigos que fossem das Ciências Sociais Aplicadas, área de negócios e Contabilidade. Com exceção do trabalho seminal da GI.		
Etapa	Base	Estratégia de busca	Pesquisas selecionadas	Total
5	Science Direct	“information governance” or accounting / “information governance” and accounting	142	459
	Web of Science	“information governance” or accounting / “information governance” and accounting	258	
	Capes	“governança da informação” ou contabilidade (em inglês e português) / “governança da informação” e contabilidade (em inglês e português)	59	
Elegibilidade				
Etapas	Item	Descrição		
1	Análise do tema e resumo	Buscou-se as palavras GI a partir de uma breve leitura do tema, do resumo e da introdução. Caso esse termo estivesse presente no tema ou resumo ou na introdução, buscava-se a palavra Contabilidade.		
2	Crítérios de exclusão	Foram excluídos artigos que descreviam a GI somente no campo tecnológico, envolvendo a GTI como base primordial, trabalhos que abordavam exclusivamente sobre GC, pesquisas que retratavam somente sobre a GD, pesquisas que abordavam somente sobre sistemas de informações contábeis e a Contabilidade; trabalhos duplicados; sem acesso livre.		
3	Leitura dos artigos	Foram lidos e selecionados os artigos que tratavam sobre os temas GI; e GI e a Contabilidade.		
Inclusão				
1	Artigos Selecionados	Foram inclusos 30 artigos científicos para essa RLS.		

Foram escolhidos somente artigos científicos revisados por pares, visando trazer mais confiabilidade no estado da arte. A justificativa pela escolha de artigos no idioma inglês deu-se pelo fato de que a maior parte das pesquisas que abordam sobre GI estão nesse idioma. Essa escolha também se deve ao fato de o idioma inglês ser considerado “universal”. A busca de pesquisas no idioma português foi feita visando levantar pesquisas que abordam essa temática no Brasil.

A grande área que foi utilizada para fazer o levantamento dos artigos foi das Ciências Sociais Aplicadas, por ser a área que abrange a Contabilidade e as áreas de negócios. Com exceção do trabalho seminal da GI que se encontra na área da saúde.

Depois de definido os passos de 1 a 4 da fase da seleção, iniciou-se o passo 5, em que foram definidas as bases de dados e as estratégias de busca (Tabela 3). Para a busca do material bibliográfico, foram utilizadas as seguintes bases de dados *online*: *Web of Science*, *Science Direct* e o Portal de Periódicos da Capes. As duas primeiras bases foram selecionadas por abordarem pesquisas no campo de conhecimento da Contabilidade e por serem bases utilizadas

para encontrar pesquisas que trazem a temática de GI. Já o Portal de Periódicos da Capes foi usado por englobar todas as bases de dados de pesquisas na área, nos idiomas inglês e português.

Utilizou-se, como estratégia de busca, palavras-chave e operadores booleanos: Governança da Informação ou Contabilidade e Governança da Informação e Contabilidade. Houve uma tentativa por busca de trabalhos com outras palavras-chave, como Governança da Informação ou informação contábil; Governança da Informação e informação contábil, porém, essas tentativas foram descartadas, uma vez que não trouxeram resultados relevantes para esta pesquisa.

A próxima fase da RSL foi a elegibilidade das pesquisas, dividida em três etapas. Na primeira etapa foi realizada uma leitura superficial dos artigos, por meio do tema, resumo e introdução. A próxima etapa foi definir os critérios de exclusão. Foram excluídos artigos que descreviam a GI somente no campo tecnológico, envolvendo a GTI como base primordial, trabalhos que abordavam exclusivamente sobre GC, pesquisas que retratavam somente a GD, pesquisas que enfocavam somente sistemas de informações contábeis e a Contabilidade. Também foram excluídos artigos que não tivessem acesso livre e artigos em duplicidade. Sendo assim, dos 459 trabalhos, foram excluídos 343 e foram selecionadas 116 pesquisas que satisfizeram a temática desta pesquisa para passar na síntese qualitativa.

A última etapa de elegibilidade foi realizar uma leitura criteriosa dos artigos que passaram por esse processo, para que fossem filtrados apenas estudos sobre a GI e artigos que tivessem relação entre a GI e a Contabilidade.

Por fim, chegou-se à fase de inclusão e foram inseridos 30 artigos para passar para a análise da RSL. A fase de inclusão compreende a segunda macro-etapa da pesquisa, cujos artigos que constituem o *corpus* da RSL foram tratados no *software VOSviewer*. A partir disso, criou-se um *cluster* de coocorrência dos termos mais recorrentes dos trabalhos selecionados na primeira macro etapa (RSL) que, em seguida, passaram por uma análise a fim de identificar a relação existente entre a GI e a Contabilidade. Essa segunda macro-etapa foi dividida em três subfases, que foram a geração do arquivo *RIS* no *software Zotero*, a criação do mapa de conexões e a análise desse mapa.

Dividiu-se a subfase de geração do arquivo *RIS* em dois passos, que foi a importação das pesquisas ao sistema e a exportação do arquivo *RIS*. Depois de levantado o *corpus* da pesquisa, os 30 artigos foram importados ao *software Zotero* para organização do material bibliográfico para que, posteriormente, esse arquivo fosse inserido no sistema *VOSviewer*. Foi utilizado o *Zotero* porque a metodologia do *software VOSviewer* permite que a seleção e a

importação² do material sejam realizadas por uma única base de dados ou por arquivo *RIS*. Como a bibliografia levantada nesta pesquisa não tinha uma base única, três (*Science Direct*, *Web of Science* e Portal de Periódicos da Capes), foi necessário, inicialmente, realizar a organização dos artigos no *software Zotero*, para que não houvesse distorções no uso do programa.

Depois de organizada a bibliografia no *Zotero* e realizada a exportação do arquivo *RIS*, dos materiais bibliográficos no *software*, iniciou-se a segunda subfase que foi a criação do mapa de conexões com base nesse material. Essa subfase foi dividida em três passos. O primeiro passo foi definir os critérios que formulariam o mapa de conexões. No sistema, é possível criar mapas com base em rede de dados e dados bibliográficos. O critério utilizado foi a opção de mapa com base nos dados bibliográficos. Depois, foi preciso selecionar o tipo de fonte de dados a ser importado no sistema. No caso desta pesquisa, a fonte de dados foi o arquivo *RIS*, extraído do *Zotero*. O próximo passo foi selecionar o método de criação do mapa de conexões. O *software* permite a criação de um mapa com base na coocorrência de autores ou de palavras. Para esta pesquisa, o mapa foi levantado a partir da coocorrência de palavras-chave. Por fim, o último passo foi estabelecer os critérios de elegibilidade das palavras (termos) que irão compor o mapa. Foram selecionados pelo sistema 27 termos, porém, destes, foram excluídos nove com força igual ou inferior a três por serem termos que não teriam impacto no mapa. Diante disso, foram selecionados os termos com frequência superior a três e, ao final do processo, restaram quinze termos. Essas quinze palavras geraram três *clusters*, que foram categorizados por cores, ligações e força de impacto. O sistema gera automaticamente esses *clusters* com base na força e na quantidade de ligações que as palavras possuem.

Finalmente, deu-se a última subfase desse percurso metodológico, que foram as análises do mapa. As análises foram realizadas com base nos *clusters* gerados no sistema e de acordo com a força dos termos dominantes; do maior para o menor. Os resultados de cada uma das fases do percurso metodológico serão discutidos nos próximos tópicos.

4 RESULTADOS

2 O passo da importação dos artigos foi realizado da seguinte forma: primeiro, é necessário entrar nas bases de dados, selecionar os artigos que serão utilizados na RSL e clicar em importar no *Zotero*. É necessário ter baixado o conector desse *software* para realizar a importação de forma automatizada. Posteriormente, para o realizar o segundo passo, clica-se com o botão direito na biblioteca e seleciona-se exportar selecionados no formato *RIS*, e o arquivo da bibliografia está pronto para ser importado em outro sistema.

4.1 *Corpus da Revisão Sistemática da Literatura*

O *corpus* da RSL é composto por 30 artigos (Tabela 2). Esse material foi categorizado em conceituais ou teóricos; artigos que abordam sobre a GI como mecanismo de qualidade, segurança e conformidade das informações; artigos interdisciplinares e artigos que abordam sobre a GI e a Contabilidade.

A categoria conceitual, composta por sete pesquisas, foi possível observar a discussão sobre o que é a GI. Pesquisas dessa natureza são importantes para a construção das características e objetivos dessa área de conhecimento (Assis, 2018). As oito pesquisas que foram categorizadas na abordagem de qualidade, segurança e conformidade trazem a GI como mecanismo a ser utilizado nas organizações para dispor de informações qualitativas, seguras e que cumpram a lei. Essas pesquisas corroboram com o que foi apresentado no referencial teórico, que a GI trata-se de um conjunto de boas práticas de gestão informacional (Smallwood, 2014). Na terceira categoria, da interdisciplinaridade, as dez pesquisas expressam a relação da GI com outras áreas de conhecimento, tais como Auditoria, Governança da Tecnologia da Informação, Governança Corporativa e outros. Isso reforça os achados de Momo (2019), que apresentam a GI como um campo de conhecimento multidisciplinar. Por sua vez, na categoria GI e Contabilidade, com cinco pesquisas, são abordadas as possíveis aplicações da GI no campo contábil. Assim sendo, nota-se que há poucos trabalhos que abordam sobre a GI e a Contabilidade. Essa temática ainda é incipiente no campo científico; todavia, os trabalhos aqui levantados contribuem para a referida temática e para a conceituação da GI dentro da Ciência Contábil.

Tabela 2

Apresentação sintética dos dados coletados na RSL e resumo das implicações da GI

C	Artigo	Autor(res)/Ano	Revista	Contribuição
Conceitual	Information governance - a view from the NHS	Donaldson e Walker (2004)	International Journal of Medical Informatics	É o artigo seminal da GI e aborda sobre características iniciais da implantação de um sistema de GI.
	Meaningfulness in information governance: a new literacy is required	Beijer (2009)	PrimaVera Working Paper Series	A informação é polifórmica e polissemântica o que acaba sustentando a necessidade de uma abordagem de GI
	On the governance of information: introducing a new concept of governance to support the management of information	Kooper, Maes e Lindgreen (2011)	International Journal of Information Management	Apresentam uma definição conceitual de GI mais genérica
	Information governance – beyond the buzz	Hagmann (2013)	Records Management Journal	Conceitua GI na perspectiva de gerenciamento de registros

	The architecture facet of information governance: the case of urbanized information systems	Guetat e Dakhli (2015)	Procedia Computer Science	Retratam sobre a arquitetura da GI visando auxiliar e demonstrar como funciona esse sistema.
	An integrated framework to elevate information governance to a national level in South Africa	Mullon e Ngoepe (2019)	Records Management Journal	Definem a estrutura de GI no contexto da África do Sul.
	Constituent of information governance framework for a successful implementation in Nigerian Universities	Muhammad et al. (2021)	Education and Information Technologies	Abordam a definição de um sistema de GI nas Universidades Nigerianas.
Qualidade, Segurança e Conformidade	Information governance: practical implications for record-keeping	Hutchinson e Sharpies (2006)	Nursing standard	Abordam como as boas práticas de GI podem auxiliar na comunicação das informações da área de saúde
	Governance and information governance: some ethical considerations within an expanding information society	White, Mcmanus e Atherton (2007)	The International Journal for Quality and Standards	Exploram sobre questões de conformidades e questões de qualidade da GI
	Information governance: beyond risk and compliance	Beijer e Kooper (2010)	Proceedings of the European Conference on Management	Apresentam uma abordagem da GI focada em um conjunto de políticas de regras que vão além da conformidade
	Information governance: information security and access within a UK context	Lomas (2010)	Records Management Journal	Estratégias de qualidade aplicadas na GI
	Information governance framework: the defense manufacturing case study	Lajara e Maçada (2013)	AIS Electronic Library	Analisam qualidade, valor e conformidade das informações com a inserção de um programa de GI em uma empresa de segurança
	The role of information governance in big data analytics driven innovation	Mikalef et al. (2020)	Information & Management	Apresentam em sua pesquisa as práticas qualitativas de GI
	Caught in the middle? Strategic information governance disruptions in the era of blockchain and distributed trust	Lemieux et al. (2020)	Records Management Journal	Abordam estratégias de conformidade na implementação de um <i>framework</i> de GI
	Information governance program implementation and strategies in banking sector	Tyagi (2021)	Managing Information in the Roman Economy	Retrata melhores práticas de qualidade e segurança de GI no setor bancário.
Interdisciplinaridade	The information artifact in it governance: toward a theory of information governance	Tallon, Ramirez e Short (2014)	Journal of Management Information Systems	Analisam a GI sob a perspectiva de um sistema de GTI
	Informational governance – a systematic literature review of governance for sustainability in the information age	Soma, Termeer e Opdam (2016)	Environmental Science & Policy	GI e a sustentabilidade corporativa
	Preparing law students for information governance	deMaine (2016)	Legal Reference Services Quarterly	Relação da GI com o direito
	Information governance in digitized public administration	Brown e Toze (2017)	Canadian public administration	Relacionam a GI com a administração pública

	Supply chain information governance: toward a conceptual framework	In et al. (2018)	The International Journal of Logistics Management	Relacionam a GI no sistema de cadeia de suprimentos
	Data governance and information governance: set of definitions in relation to data and information as part of DIKW	Merkus, Helms e Kusters (2019)	ICEIS	Relacionam GI com GD
	Perspectives on the relationship between records management and information governance	Brooks (2019)	Records Management Journal	Relacionam a GI e gerenciamento de registros
	The role of information governance in electronic discovery - the case of China	Fan (2019)	Records Management Journal	GI e descoberta digital
	The influence of organizational culture on information governance effectiveness	Daneshmandnia (2019)	Records Management Journal	Eficácia da GI em Instituições de Ensino Superior
	Information governance and power relations: Reflections on archival education in Québec	Maurel e Zwarich (2021)	Education for Information	Competências de GI em profissionais de TI
Interdisciplinaridade	Accounting information quality, governance efficiency and capital investment choice	Zhai e Wang (2016)	China Journal of Accounting Research	Qualidade da informação contábil sob a perspectiva da governança da informação contábil.
	Big data information governance by accountants	Coyne, Coyne e Walker (2018)	International Journal of Accounting & Information Management	Importância da GI para a gestão de <i>big data</i> na contabilidade.
	Establishing the main mechanisms for the accounting information governance: a delphi study with accountants	Oliveira, Behr e Maçada (2019)	AMCIS 2019 Proceedings	Principais mecanismos de governança das informações contábeis.
	Managing evidence of public accountability: an information governance perspective	Isa et al. (2019)	International Journal of Innovation, Creativity and Change	GI e auditoria eficaz
	Governança da informação no contexto dos módulos contábeis dos sistemas ERP para a Indústria 4.0: proposta de framework	Silva et al. (2021)	AtoZ	GI como uma metodologia a ser empregada na área contábil nos sistemas ERP visando à qualidade dos dados informacionais

4.2 Submissão e Análise do *Corpus* da Pesquisa

Após a RSL, esse material foi submetido ao *software VOSviewer* que tem por objetivo facilitar a análise e interpretação de pesquisas por meio da construção de uma rede bibliométrica

dos materiais coletados em uma RSL. A utilização desse *software* visa, também, facilitar a compreensão do leitor, pois faz uma análise da rede bibliométrica, dos termos mais utilizados nas pesquisas, gerando um mapa (rede de conexões dos termos) que expressa as similaridades e aproximações dos termos, denominado de *clusters* de coocorrência.

A análise de uma rede bibliométrica tem por finalidade selecionar uma fonte de dados do conteúdo das pesquisas para a criação de um mapa de conexões. A fonte de dados é o filtro que será utilizado para a criação das redes de conexões, sendo que esse filtro pode ser as palavras mais recorrentes encontradas no trabalho como um todo, ou somente nos resumos das pesquisas, nas palavras-chave ou com base nos autores mais citados (Ferreira & Silva, 2019).

A partir da fonte de dados (filtro), cria-se um mapa. Esse mapa é composto por uma nuvem de termos, que são as palavras mais recorrentes que foram extraídas das pesquisas por meio do filtro selecionado. Ele corresponde aos resultados da pesquisa e forma uma rede de conexões. A rede de conexões é composta pelo conjunto de termos e *links*, que formam *clusters*. Os *clusters* são um conjunto de termos separados por assuntos e são formados pela relação que possuem entre os termos.

Um termo³ é ligado a outro termo por *links*⁴, sendo que essas ligações são as relações ou conexões com uma ou mais palavras. Cada *link* possui uma força, que é caracterizada por um número positivo. Esse número representa a quantidade de vezes que esse termo foi referenciado nas pesquisas. Quanto maior o valor positivo do *link*, mais forte ele é e não há um valor máximo de força, já que ela depende da quantidade de vezes que essa palavra aparece nas pesquisas.

Sobre os termos, quanto mais próximo um termo fica do outro, mais similaridades eles possuem e, quanto mais forte é a linha que liga um termo ao outro, maior é a ligação entre eles (Ferreira & Silva, 2019).

Ao operacionalizar o sistema, foi utilizado, como fonte de dados para a criação do mapa, o conjunto de palavras-chave das pesquisas que tratam da GI e da Contabilidade. O termo mais forte do mapa foi a Governança da Informação, pois essa palavra apareceu cinquenta e sete vezes em um conjunto de trinta pesquisas da RSL. O mapa de rede de conexões foi dividido em três *clusters*, com as três palavras mais recorrentes extraídas do *corpus*. Os *clusters* não

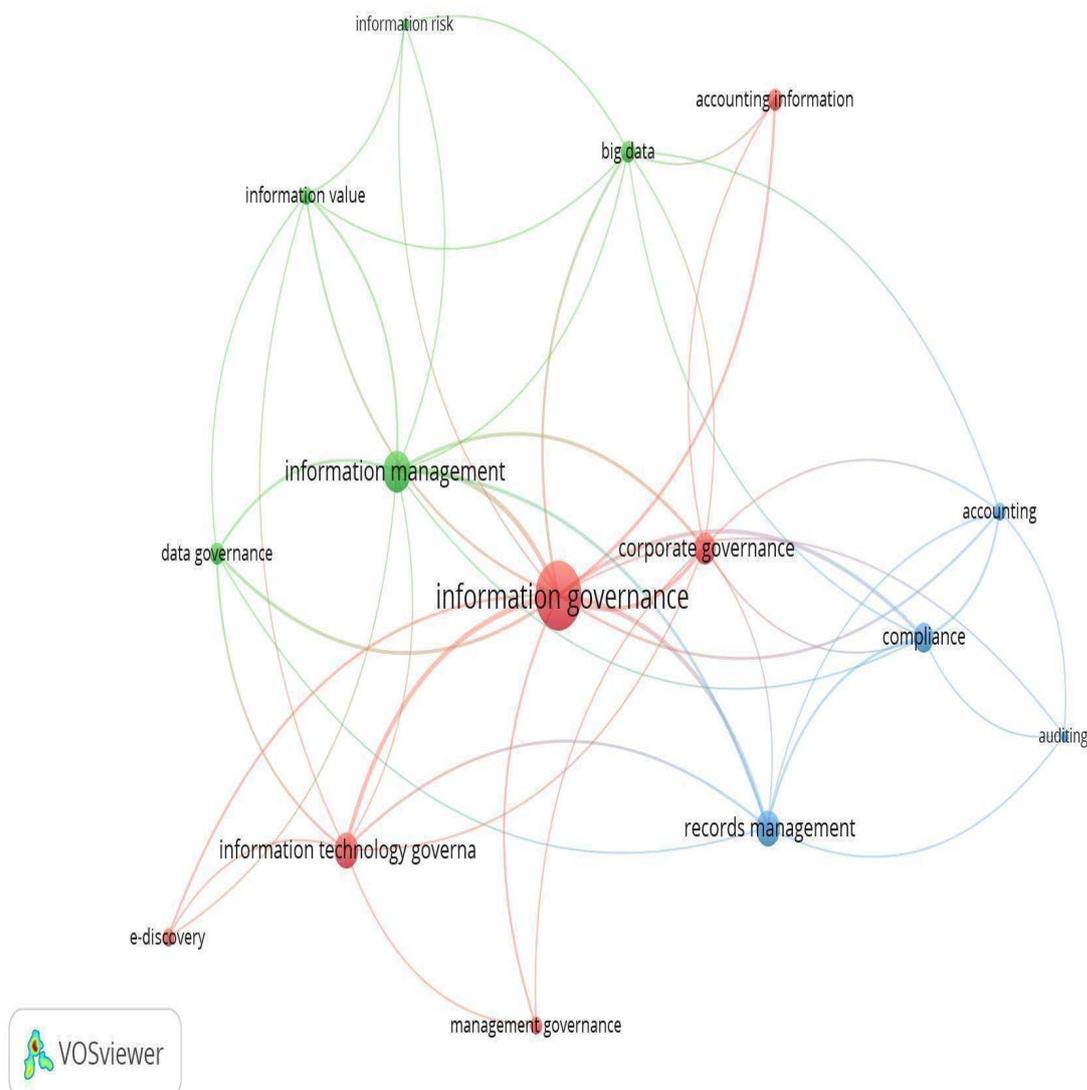
3 Os termos são as palavras que compõem o mapa. A forma geométrica selecionada para indicar os termos do mapa foi o círculo. O tamanho do círculo representa a força do termo, quanto maior o círculo, mais força esse termo possui, e quanto menor for o tamanho do círculo, menos força ele possui. Em cada grupo, há um círculo que representa um termo predominante.

4 Os *links* são as linhas do desenho que ligam um termo ao outro em uma rede de conexões. Refere-se às similaridades de uma palavra com a outra, por isso, as linhas as unem, pois possuem uma relação.

necessitam abordar especificamente o mesmo assunto, pois eles poderão apresentar temáticas que são relacionadas ao objetivo da pesquisa. Cada *cluster* foi representado por uma cor, que foram: verde, vermelho e azul. As cores foram escolhidas aleatoriamente pelo *software* e a cor de cada termo determina qual grupo (*cluster*) ele pertence. Sendo assim, o mapa (Figura 2) deve ser analisado a partir da rede de conexões dos *clusters*, da força dos termos e da quantidade de ligações de cada palavra.

A seguir, pode-se verificar os resultados obtidos por meio da observação e análise do mapa de rede de conexões, bem como as inferências formuladas por meio da discussão apoiada no referencial teórico.

Figura 2
Mapa de rede de conexões



O primeiro *cluster* a ser analisado foi o identificado pela cor vermelha. Foi possível verificar que a GI é o termo de maior impacto e ligações do mapa geral, com força igual a 57 e 15 ligações, ou seja, é o termo mais referenciado nas pesquisas e que possui conexão com os demais termos presentes no mapa. A Tabela 3 expressa a organização desse *cluster*.

Tabela 3
Apresentação sintética do cluster vermelho

Cor	Cluster	Termos	Força	Ligações
Vermelho	1	Governança da Informação	57	15
		Governança Corporativa	17	9
		Governança de Tecnologia da Informação	17	8
		Informação Contábil	5	3
		Gestão da Governança	5	3
		Descoberta Digital	4	3

Ao analisar o *cluster 1*, inferiu-se que ele representa, de modo geral, a relação da GI com as outras governanças. Essa informação vem ao encontro do que foi abordado por Assis (2018), ao mencionar que a GI é um campo de conhecimento novo, que veio para suprir as lacunas dos outros tipos de governanças no que tange à gestão informacional. Pode-se observar que esse *cluster* concentra a maior parte das governanças, tais como a GI, a GTI e a GC. Isso confirma o que foi apresentado na revisão da literatura, na qual a GI é uma subárea da GC e esta, por sua vez, é uma área relacional dos outros tipos de governanças (Assis, 2018; Tallon, Ramirez & Short, 2014). Ainda neste sentido, é possível compreender que a GI necessita da correlação de muitas áreas de conhecimento para que seu programa seja, de fato, efetivo. Isso explica a ligação da GI com todos os outros termos. Esse ponto é corroborado por Oliveira (2019) ao afirmar que a GI é uma área multidisciplinar e que necessita da interação de outros setores, tais como jurídico, contábil e de gestão.

Nota-se também que o *cluster*, indiretamente, faz referência ao marco inicial da GI, que surgiu como consequência dos padrões rígidos de um ambiente organizacional normativo, ao relacionar a GI com os termos que envolvem a *big data*, informações de risco, *compliance*, GC e Contabilidade, que são mecanismos e áreas que gerenciam grandes dados (Smallwood, 2014). Anteriormente à GI, os padrões que, até então, eram utilizados para gerir grandes dados não supriam a necessidade de otimizar as informações. Faltava o conhecimento de outras áreas de negócio para aprimorar a disposição das informações aos usuários para tomada de decisões; por isso, a importância da interação de conhecimento entre as áreas de negócios (Guetat & Dakhli, 2015).

A GC está intrinsecamente relacionada com metodologias de gestão de grandes dados organizacionais, pois seus procedimentos são utilizados como base para a maior parte dos programas de governança (Tyagi, 2021). Essa afirmação reforça a relação no *cluster* do termo GC com áreas de gestão de grandes dados, como a Contabilidade (Beijer, 2009; Coyne, Coyne & Walker, 2018; Tallon, Ramirez & Short, 2014). Além disso, os programas de governança visam estabelecer princípios e regras que sustentarão as diretrizes que serão utilizadas em todos os setores organizacionais para a administração das informações (Tallon, Ramirez & Short, 2013).

Ainda na Figura 2, verifica-se que o termo da GTI interage com sete termos (descoberta-eletrônica, gestão da governança, gerenciamento de registros, governança da dados, governança corporativa, Governança da Informação e gerenciamento de informações) no mapa de rede de conexões. Essa interação entre esses termos, demonstra que, a relação de métodos qualitativos de gestão das informações, pode estar atrelada ao fato de que a GTI se faz necessária nos ambientes organizacionais que zelam pela guarda e qualidade das informações. Isso explica a relação da GTI com os termos sobre gerenciamento das informações (Brooks, 2019). Essa relação ratifica os achados de Assis (2018) que expõem que todo sistema de governança e gestão de informações necessita do uso de instrumentos tecnológicos.

No *cluster 1*, o termo informação contábil possui ligação com *big data*, GC e GI. Essa relação reforça a similaridade entre a informação contábil com a GI, sendo que essa é uma área complementar da informação contábil e como uma área complementar da GI. A GI vem para suprir na Contabilidade as condutas de gestão das informações. Trata-se de áreas alinhadas a um mesmo propósito, pois as informações contábeis são de natureza econômico-financeira presentes na maior parte das decisões gerenciais (Coyne, Coyne & Walker, 2018; Oliveira, Behr & Maçada, 2019). Ademais, a GC está associada à Contabilidade, por ser um campo de conhecimento que utiliza suas premissas para a gestão das informações de negócios. Logo, a GC está associada à informação contábil, tendo em vista que ela é o escopo de análise da Contabilidade (Zhai & Wang, 2016).

Outro ponto observado no *cluster* vermelho é que a informação contábil possui ligação direta com a GI e a GC, uma vez que a GI é uma subárea da GC que, por conseguinte, está relacionada com a Contabilidade como um mecanismo de gestão das informações contábeis (Zhai & Wang, 2016). A informação contábil é medida por sua qualidade, que, por sua vez, pressupõe o uso de regras, padrões e procedimentos (Mansfield-Devine, 2017). As informações contábeis são valiosas para as empresas e ter um modelo de GI possibilita aumento da sua qualidade e valor, o que poderá gerar retorno financeiro às organizações.

Retomando os conceitos já abordados na revisão da literatura, a partir da ligação da GI com a informação contábil, é possível depreender que a aplicabilidade de um programa de GI pode vir a auxiliar na efetividade que as informações contábeis possuem na tomada de decisão, além de alcançar mais segurança, transparência, conformidade e otimização das informações contábeis. Portanto, a GI é uma área de conhecimento que tem, como objetivo, auxiliar as organizações a cumprir todas as exigências desse ambiente altamente regulamentado e auxiliar na entrega das informações de forma qualitativa (Donaldson & Walker, 2004). Vai além de auxiliar as empresas a atingirem a conformidade (*compliance*), pois seu objetivo concentra-se na valorização das informações. Essa governança passa por todos os filtros (esferas de governanças) a fim de ser aperfeiçoada e, ao final do processo, ela é disponibilizada em sua melhor versão, quando estará pronta para ser utilizada pelos detentores das informações (Zhai & Wang, 2016).

Por fim, o termo descoberta digital faz referência a esse *cluster* perante as constantes exigências de atualização de mecanismos para a gestão das informações e de dados empresariais frente a esse cenário (Oliveira, Behr & Maçada, 2019). Sempre que necessário, frente aos avanços tecnológicos, os sistemas e os processos precisam ser reciclados e atualizados (Silva, Carvalho, Castro & Soares, 2021).

O próximo *cluster* a ser analisado é o verde e possui, como termo mais forte, o gerenciamento de informações, com força igual a 26 e 10 ligações. É possível verificar na Tabela 4 como se apresenta esse *cluster*.

Tabela 4
Apresentação sintética do cluster verde

Cor	Cluster	Termos	Força	Ligações
Verde	2	Gestão da Informação	26	10
		Big Data	10	8
		Governança de Dados	9	5
		Informações de Valor	8	6
		Informações de Risco	4	4

A gestão da informação é o segundo termo de maior impacto no mapa geral e possui ligações com os termos que prezam pela segurança e qualidade das informações. Os termos desse *cluster* sintetizam as melhores práticas na administração de dados (Weber, Otto & Österle, 2009).

A utilização de informações de valor faz com que as organizações obtenham vantagem competitiva (Smallwood, 2014). Ainda neste sentido, nota-se, na Figura 2, que o termo governança de dados se relaciona, diretamente, com a GI, assim como com as outras

governanças. É também possível observar que o termo *big data* está presente nesse *cluster*. Essa relação dos termos GD e *big data* presente no mesmo *cluster* e com *links* comuns reforça o fato de que a GD surgiu como alternativa de trazer mais segurança na administração de grandes dados (Koooper, Maes & Lindgreen, 2011; Smallwood, 2014). Porém, os dados administrados necessitam ser otimizados, considerando que as empresas lidam com duas categorias de informações, uma de risco e outra de valor. As informações de risco são aquelas impactadas por fatores internos e externos.

Os fatores internos podem ser administráveis; são aqueles possíveis de controlar com procedimentos e regras institucionais. Em relação aos fatores externos, eles são instáveis, dependem do mercado, da economia e cabe às empresas saber trabalhar corretamente com essas informações para transformar uma informação de risco em oportunidade (Faria, Maçada & Kumar, 2017). Quando as empresas convertem as informações de risco em oportunidades de negócios, elas criam uma informação de valor (Zhai & Wang, 2016). Esse ponto vem a confirmar a congruência dos termos informação de valor e informação de risco no *cluster* verde, que possui, como termo mais forte, o gerenciamento de informações.

O último *cluster* a ser analisado é o azul. Ele possui, como o termo mais forte, o gerenciamento de registro, com força igual a 18 e oito ligações. Ele é o terceiro termo mais forte do mapa, como pode ser verificado na Tabela 5.

Tabela 5
Apresentação sintética do cluster azul

Cor	Cluster	Termos	Força	Ligações
Azul	3	Gerenciamento de Registro	18	8
		<i>Compliance</i>	12	7
		Contabilidade	8	6
		Auditoria	4	4

O termo gerenciamento de registros (GR), além de estar associado com a Contabilidade, auditoria e *compliance*, está ligado à GI, à GC, à GTI, à GD e ao GRI. Essa relação confirma o fato de que a informação contábil é falha quando não há comunicação entre os setores organizacionais (Oliveira, Behr & Maçada, 2019). Além disso, gerir registros faz parte do escopo da Contabilidade e, cada vez mais, essa ciência busca aprimorar os processos de GR, que se aplicam à informação contábil (Coyne, Coyne & Walker, 2018).

Ainda na Tabela 5, pode-se observar que o termo *compliance* está conectado ao mapa, no *cluster* azul, evidenciando as diretrizes do GR e dos setores que administram informações.

Por *compliance*, trata-se de um conjunto de princípios e condutas que auxiliam no cumprimento das estratégias de negócios (Muhammad et al., 2021).

Pode-se verificar que o termo Contabilidade, objeto deste estudo, possui ligação com os termos *big data*, *compliance*, auditoria, GI e GR. Essa análise corrobora com os achados no aporte teórico (Assis, 2018; Oliveira, Behr & Maçada, 2019), que retratam que a Contabilidade é uma ciência que gerencia grandes dados. Por ser uma área que administra muitas informações, ela necessita cumprir normas impostas pelos órgãos reguladores. Posteriormente, essas informações precisam ser vistoriadas e auditadas, para ter a garantia de que estão sendo cumpridos todos os requisitos legais (Coyne, Coyne & Walker, 2018; Zhai & Wang, 2019). Todos esses termos estabelecem uma relação sobre como a Contabilidade gerencia suas informações.

Nota-se, portanto, que o termo *compliance* possui ligação com a Contabilidade pela relação que eles possuem com o termo GC, o qual segue um conjunto de procedimentos e regras para o fornecimento dos dados contábeis de forma padronizada, acompanhando um critério normativo ou metodológico (Smallwood, 2014). A Contabilidade possui, como premissa, o fornecimento de informações tempestivas e de forma íntegra. Ela entrega essa segurança, que também é exigida no GR. As informações contábeis, de cunho empresarial, seguem uma regulação, a exemplo das normas internacionais de Contabilidade emitidas pela *International Accounting Standards Board - IASB*⁵. A Contabilidade preza por uma padronização que gerencia seus registros, pois as informações que buscam regras e procedimentos tendem a ter mais qualidade e confiabilidade.

Na Contabilidade, a averiguação dos procedimentos e regras é feita pelo setor de auditoria. A auditoria é uma técnica, advinda da Contabilidade, que possui por objetivo constatar se as informações contábeis estão sendo geradas segundo as normas contábeis vigentes ou se a organização está seguindo os procedimentos orientados pela alta administração (Isa et al., 2019). Em outros termos, a confirmação, a constatação de que o gerenciamento dessas informações foi feito de forma correta. Ela dá um parecer sobre a veracidade das informações geradas (Isa et al., 2019), ou seja, a finalidade é saber se as informações foram ou não realizadas segundo as regras. O termo auditoria possui relação no gerenciamento de registros no que se refere à análise e inspeção das informações.

⁵ *International Accounting Standards Board - IASB*, traduzindo para o português trata-se do Quadro Internacional de Normas Contábeis emitido pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade.

Retomando a Figura 2, é interessante observar que a informação contábil está relacionada ao *cluster* vermelho e não ao *cluster* azul, em que se encontram os termos Contabilidade, auditoria e *compliance*. Isso pode estar associado ao que foi abordado por Silva, Carvalho, Castro e Soares (2021), ao dizer que a informação contábil é utilizada pelos detentores das informações como instrumento para tomada de decisões, ou seja, nem sempre as informações contábeis são utilizadas por profissionais da área, mas, por gestores ou partes interessadas (*stakeholders*).

Analisando a rede de conexões, pode-se verificar que a GI surge como recurso exclusivo para a Contabilidade no que se refere ao gerenciamento de registros contábeis, tendo em vista que há uma constante necessidade de aperfeiçoamento do trato informacional. A informação é o elemento analítico da Ciência Contábil e, por isso, merece atenção para o modo como é tratada. A Contabilidade, assim como a GI, determina quais informações devem ser utilizadas para garantir a objetividade e a segurança na tomada de decisões.

A partir do exposto até o momento, foi possível verificar, na análise do mapa, que a GI e a Contabilidade estão ligadas no último *cluster*, também, por alguns pontos relacionais, são eles: (1) Gerenciamento de Registros; (2) Contabilidade; (3) Informações Contábeis; (4) *Compliance*; (5) Auditoria.

O ponto mais forte a ser citado e que explica o ciclo dessa relação é o termo Gerenciamento de Registros (1). A relação da GI está pautada em como a Contabilidade gerencia seus registros, ou seja, como ela administra as informações contábeis (Oliveira, Behr & Maçada, 2019). A Contabilidade (2) trata-se de uma ciência que administra *big data* e esses dados são denominados informações contábeis (Momo, 2019). As informações contábeis (3) são os elementos cruciais para fins de tomada de decisões gerenciais e devem estar cobertos por metodologias que auxiliem na gestão pela Contabilidade (Oliveira, Behr & Maçada, 2019).

Compliance (4) é o conjunto de normas e regulamentos para a execução das atividades empresariais, segundo as estratégias de negócio (White, Mcmanus & Atherton, 2007). A Contabilidade e a GI utilizam a *compliance* como mecanismo de gestão de suas informações que assegurem a qualidade, a segurança, a transparência e a otimização das informações (Silva et al., 2021). É válido ressaltar que esses critérios de ética e regras são pautados na GC, que é a categoria inicial de governança.

Como o último critério que compõe o ciclo relacional entre a GI e a Contabilidade está a (5) auditoria das informações. A auditoria é utilizada em ambas as áreas de conhecimento, para averiguar se as informações estão cumprindo todos os procedimentos de gestão das informações (Isa et al., 2019).

Além disso, infere-se que a Contabilidade está em concordância com os princípios de GI apresentados pelo ARMA (2007), considerando que, para que as informações contábeis sejam qualitativas e oportunas, eles devem prestar contas de um conjunto de conhecimentos informacionais, que sejam íntegros, transparentes, seguros, disponíveis e retidos aos usuários das informações. Essas qualidades das informações contábeis possuem relação direta com os princípios da GI.

Diante disso, foi possível constatar que a Contabilidade segue um ciclo relacional à GI, no que tange ao gerenciamento de registros que visa otimizar as informações contábeis. As informações necessitam seguir regras que já são estabelecidas pelas normas de Contabilidade e pelo fisco. Por conseguinte, as informações necessitam ser auditadas, para que os programas e os mecanismos utilizados, que possuem como base a GC, cumpram todos os requisitos legais visando à entrega de informações de valor para as organizações. Posto isto, a GI relaciona-se com a Contabilidade, a partir da necessidade dessa ciência em gerir as informações contábeis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propôs-se a verificar a relação existente entre a GI e a Contabilidade. Para tanto, a questão norteadora foi elaborada da seguinte forma: Quais as relações entre a Governança da Informação e a Contabilidade? O objetivo geral foi identificar as relações existentes entre a GI e a Contabilidade.

Para responder a essa problemática, o percurso metodológico foi dividido em duas macro-etapas. A primeira etapa foi a RSL, que foi dividida em quatro fases, segundo o protocolo PRISMA; e a segunda foi a criação e a análise do mapa de conexões dos termos de coocorrência.

De modo geral, na realização da etapa da RSL, observou-se que apenas cinco das trinta pesquisas selecionadas tratavam de forma direta sobre a GI e a Contabilidade. Dessas cinco, duas são de autores brasileiros; o que indica certa fragilidade da área contábil quanto a essa temática. Com base nesses dados, ressalta-se a importância de desenvolver mais pesquisas sobre gerenciamento da informação contábil, tendo em vista o contexto tecnológico contemporâneo, impactado pela era da inteligência artificial e pelos *déficits* na gestão informacional que ocasionam vazamento de dados e ataques *ransomware*⁶. Além disso, justifica-se a necessidade de mais pesquisas brasileiras na área, considerando que a Lei Geral

⁶ *Ransomware* é um *software* malicioso, projetado para atacar os dados de um computador e cobrar dinheiro pelo resgate das informações.

de Proteção de Dados - LGPD nº13.709/18 é uma regulamentação atual e obrigatória que vem impactando a Contabilidade.

Também foi possível depreender, dentre as reflexões que emergiram na RSL, que administrar grandes dados é uma das problemáticas que o profissional de Contabilidade enfrenta no seu cotidiano. Lidar com muitas informações sem uma estratégia definida pode impactar no desempenho e na efetividade de suas atividades. Isso corroborou sobre a importância em ter mais pesquisas sobre a GI e a Contabilidade, pois essa temática retrata o cenário atual da Contabilidade.

Ainda sobre a análise da RSL, pode-se dizer que cada área se apropria de forma específica sobre a GI. Isso demonstra que a GI é uma área multidisciplinar e que cada setor a utiliza como ferramenta estratégica de gestão das informações. Em relação à Contabilidade, pode-se afirmar que a GI tende a trazer mais segurança, privacidade, qualidade, otimização, cumprir as regulamentações e auditá-las, atendendo às suas diretrizes para a gestão das informações contábeis.

Nesse contexto, é preciso considerar como isso afeta o perfil do profissional da Contabilidade. O contador precisa saber administrar grandes dados, ter uma estratégia de gestão das informações contábeis e cumprir as exigências do mercado quanto à segurança e à privacidade dos dados. Essas premissas afetam o desempenho das atividades do atual contador e devem, portanto, ser discutidos os mecanismos de gestão que auxiliem esses profissionais a moldarem-se à era da informação.

Na realização da segunda fase do percurso metodológico, que foi a criação e a análise do mapa de conexões, foi possível inferir que a GI está preocupada em gerir as informações com base nas exigências do mercado frente aos avanços tecnológicos. A Contabilidade preocupa-se em gerir as informações diante da necessidade em atender as regulamentações. A GI utiliza muitos dos preceitos contábeis, entretanto, a Contabilidade relaciona-se com a GI, buscando atender questões obrigatórias de gestão das informações contábeis. Isso porque os profissionais contábeis são um tanto quanto sistemáticos ao dispor seus pareceres.

Assim, ressalta-se que este estudo se torna relevante para a compreensão dos profissionais, das empresas e dos pesquisadores sobre a relação existente da GI e a Contabilidade, uma vez que esse conhecimento possa agregar na Ciência Contábil, viabilizando futuras discussões acerca do tema. Este estudo também contribui com a literatura contábil, permitindo uma melhor compreensão sobre a relação da GI e a Contabilidade.

Sugere-se, para futuras pesquisas, que seja analisada a GI na prática contábil, levando em consideração que se compreende teoricamente, nesta pesquisa, a relação existente entre a

GI e a Contabilidade. Ademais, por se tratar de um campo de conhecimento eminente e necessário para a formação de futuros profissionais, justifica-se verificar a compreensão dos docentes quanto a essa temática. Por fim, recomenda-se estudar a GI nas áreas subjacentes à Contabilidade, como a controladoria e a perícia, visando aprimorar os mecanismos de gestão das informações.

REFERÊNCIAS

- Ararat, M., Claessens, S., & Yurtoglu, B. B. (2021). Corporate governance in emerging markets: A selective review and an agenda for future research. *Emerging Markets Review*, 48, 100767. <https://doi.org/10.1016/j.ememar.2020.100767>
- ARMA. (2014). *Generally accepted recordkeeping principles*. International's Information Governance Maturity Model. <https://www.arma.org/>
- Assis, C. B. (2018). *Governança da Informação: viabilizadores e inibidores para adoção organizacional* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca de Teses e Dissertações. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-27042018-102121/en.php>
- Balachandran, B., & Williams, B. (2018). Effective governance, financial markets, financial institutions & crises. *Pacific-Basin Finance Journal*, 50, 1–15. <https://doi.org/10.1016/j.pacfin.2018.07.006>
- Beijer, P. (2009). Meaningfulness in Information Governance: A new literacy is required. *Primavera working paper*. <http://primavera.fee.uva.nl/PDFdocs/2009-1.pdf>
- Beijer, P., Nederland, H.-P., & Kooper, M. (2010). Information governance: Beyond risk and compliance. in *Proceedings of the European Conference on Management, Leadership & Governance*, 28-29.
- BRASIL. (2018). Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm
- Brooks, J. (2019). Perspectives on the relationship between records management and information governance. *Records Management Journal*, 29(1/2), 5–17. <https://doi.org/10.1108/RMJ-09-2018-0032>
- Brown, D. C. G., & Toze, S. (2017). Information governance in digitized public administration. *Canadian Public Administration*, 60(4), 581–604. <https://doi.org/10.1111/capa.12227>
- Bushman, R. M., & Smith, A. J. (2001). Financial accounting information and corporate governance. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1), 237–333. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00027-1](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00027-1)

- Chaney, P. K., Faccio, M., & Parsley, D. (2011). The quality of accounting information in politically connected firms. *Journal of Accounting and Economics*, 51(1), 58–76. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.07.003>
- Coyne, E. M., Coyne, J. G., & Walker, K. B. (2018). Big Data information governance by accountants. *International Journal of Accounting & Information Management*, 26(1), 153–170. <https://doi.org/10.1108/IJAIM-01-2017-0006>
- Daneshmandnia, A. (2019). The influence of organizational culture on information governance effectiveness. *Records Management Journal*, 29(1/2), 18–41. <https://doi.org/10.1108/RMJ-09-2018-0033>
- deMaine, S. D. (2016). Preparing Law Students for Information Governance. *Legal Reference Services Quarterly*, 35(2), 101–123. <https://doi.org/10.1080/0270319X.2016.1177422>
- Donaldson, A., & Walker, P. (2004). Information governance—A view from the NHS. *International Journal of Medical Informatics*, 73(3), 281–284. <https://doi.org/10.1016/j.ijmedinf.2003.11.009>
- Falcão, A. I. L., Oliveira, T. F. A. de, & Farias, R. S. de. (2021). Blockchain: Tendência para a Contabilidade Digital. *Revista Linceu On-Line*, 11(2), 6–27.
- Fan, G. (2019). The role of information governance in e-discovery – the case of China. *Records Management Journal*, 29(1/2), 168–177. <https://doi.org/10.1108/RMJ-09-2018-0031>
- Faria, F. A. (2013). *Os fatores da Governança da Informação e seus efeitos diretos e indiretos sobre o valor na percepção dos executivos de TI: um modelo para a indústria bancária*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital da UFRGS. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/86089>
- Faria, F. D. A., Maçada, A. C. G., & Kumar, K. (2017). Modelo Estrutural de Governança da Informação para Bancos. *Revista de Administração de Empresas*, 57, 79–95. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020170107>
- Ferreira, J. B., & Silva, L. de A. M. (2019). O uso da bibliometria e sociometria como diferencial em pesquisas de revisão. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 15(2), 448–464.
- Galvão TF, Pansani TSA, Harrad D. (2015). Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335–342. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>
- Guetat, S. B. A., & Dakhli, S. B. D. (2015). The Architecture Facet of Information Governance: The Case of Urbanized Information Systems. *Procedia Computer Science*, 64, 1088–1098. <https://doi.org/10.1016/j.procs.2015.08.564>
- Hagmann, J. (2013). Information governance – beyond the buzz. *Records Management Journal*, 23(3), 228–240. <https://doi.org/10.1108/RMJ-04-2013-0008>
- Hutchinson, M. (2009). Governance issues in accounting. *Accounting Research Journal*, 22(2), 89–92. <http://dx.doi.org/10.1108/10309610910987466>

- In, J., Bradley, R., Bichescu, B. C., & Autry, C. W. (2018). Supply chain information governance: Toward a conceptual framework. *The International Journal of Logistics Management*, 30(2), 506–526. <https://doi.org/10.1108/IJLM-05-2017-0132>
- IBGC. (2009). *Código das melhores práticas de governança corporativa*. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
- Isa, A. M., Sharif, S. M., Ali, R. M., & Mohd, N. (2019). Managing Evidence of Public Accountability: An Information Governance Perspective. *International Journal of Innovation*, 10(7), 12.
- Khatri, V., & Brown, C. V. (2010). Designing data governance. *Comunicações da ACM*, 53(1), 148–152. <https://doi.org/10.1145/1629175.1629210>
- Kooper, M. N., Maes, R., & Lindgreen, E. E. O. R. (2011). On the governance of information: Introducing a new concept of governance to support the management of information. *International Journal of Information Management*, 31(3), 195–200. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2010.05.009>
- Lajara, T. T. (2013). *Governança da informação na perspectiva de valor, qualidade e compliance: Estudo de casos múltiplos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital da UFRGS. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/66833>
- Lajara, T. T., & Maçada, A. C. (2013). Information governance framework: The defense manufacturing case study. *19th Americas Conference on Information Systems, AMCIS 2013 - Hyperconnected World: Anything, Anywhere, Anytime*, 3, 1984–1993.
- Lemieux, V. L., Rowell, C., Seidel, M.-D. L., & Woo, C. C. (2020). Caught in the middle? Strategic information governance disruptions in the era of blockchain and distributed trust. *Records Management Journal*, 30(3), 301–324. <https://doi.org/10.1108/RMJ-09-2019-0048>
- Lien, D. T. Q. (2021). Accounting Information System in the Digital Economy in Vietnam. *Journal La Bisecoman*, 2(5), 31–36. <https://doi.org/10.37899/journallabisecoman.v2i5.514>
- Lomas, E. (2010). Information governance: Information security and access within a UK context. *Records Management Journal*, 20(2), 182–198. <https://doi.org/10.1108/09565691011064322>
- Mansfield-Devine, S. (2017). Data governance: Going beyond compliance. *Computer Fraud & Security*, 2017(6), 12–15. [https://doi.org/10.1016/S1361-3723\(17\)30052-0](https://doi.org/10.1016/S1361-3723(17)30052-0)
- Maurel, D., & Zwarich, N. (2021). Information governance and power relations: Reflections on archival education in Québec. *Education for Information*, 37(1), 33–51. <https://doi.org/10.3233/EFI-190360>
- Merkus, J., Helms, R., & Kusters, R. (2019). *Data Governance and Information Governance: Set of Definitions in Relation to Data and Information as Part of DIKW*. <https://doi.org/10.5220/0007411901430154>

- Mikalef, P., Boura, M., Lekakos, G., & Krogstie, J. (2020). The role of information governance in big data analytics driven innovation. *Information & Management*, 57(7), 103361. <https://doi.org/10.1016/j.im.2020.103361>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G., Altman, D., Antes, G., Atkins, D., Barbour, V., Barrowman, N., Berlin, J. A., Clark, J., Clarke, M., Cook, D., D'Amico, R., Deeks, J. J., Devereaux, P. J., Dickersin, K., Egger, M., Ernst, E., ... Tugwell, P. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement (Chinese edition). *Journal of Chinese Integrative Medicine*, 7(9), 889–896. <https://doi.org/10.3736/jcim20090918>
- Momo, F. S. (2019). *Blockchain: efeitos nos custos de transação, a partir da governança da informação*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital da UFRGS. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/200716>
- Moura, L. M. F. de Brauner, D. F., & Janissek-Muniz, R. (2020). *Blockchain e a Perspectiva Tecnológica para a Administração Pública: Uma Revisão Sistemática*. *Revista de Administração Contemporânea*, 24, 259–274. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190171>
- Muhammad, J. S., Isa, A. M., Shamsuddin, A. Z. H., & Miah, S. J. (2021). Constituent of information governance framework for a successful implementation in Nigerian Universities. *Education and Information Technologies*, 26(5), 6447–6460. <https://doi.org/10.1007/s10639-021-10528-w>
- Mullon, P. A., & Ngoepe, M. (2019). An integrated framework to elevate information governance to a national level in South Africa. *Records Management Journal*, 29(1/2), 103–116. <https://doi.org/10.1108/RMJ-09-2018-0030>
- Oliveira, C. (2019). *Principais mecanismos de Governança da Informação Contábil*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital da UFRGS. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/193046>
- Oliveira, C., Behr, A., & Maçada, A. C. G. (2019). Establishing the Main Mechanisms for the Accounting Information Governance: A Delphi study with Accountants. *AMCIS 2019 Proceedings*. https://aisel.aisnet.org/amcis2019/accounting_info_systems/accounting_info_systems/1
- Perdigão, L. Z., Niyama, J. K., & Santana, C. M. (2010). Contabilidade, Gestão e Governança: Análise de Doze Anos de Publicação (1998 a 2009). *Contabilidade Gestão e Governança*, 13(3), Article 3. <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/299>
- Silva, M. D. T. e, Carvalho, R. B., Castro, J. M. de, & Soares, M. V. (2021). Governança da Informação no contexto dos módulos contábeis dos sistemas Enterprise Resource Planning (ERP) para a indústria 4.0: Proposta de framework. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, 10(3), 1–11. <https://doi.org/10.5380/atoz.v10i3.81477>
- Smallwood, R. F. (2014). *Information Governance: Concepts, Strategies and Best Practices*. John Wiley & Sons.

- Soma, K., Termeer, C. J. A. M., & Opdam, P. (2016). Informational governance – A systematic literature review of governance for sustainability in the Information Age. *Environmental Science & Policy*, *56*, 89-99. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2015.11.006>
- Standards Association of Australia. (2010). *Corporate governance of information technology*. Standards Australia.
- Tallon, P. P., Ramirez, R. V., & Short, J. E. (2014). The Information Artifact in IT Governance: Toward a Theory of Information Governance. *Journal of Management Information Systems*, *30*(3), 141–178. <https://doi.org/10.2753/MIS0742-1222300306>
- Tyagi, A. (2021). *Information Governance Program Implementation and Strategies in Banking Sector* (SSRN Scholarly Paper ID 3804620). Social Science Research Network. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3804620>
- Weber, K., Otto, B., & Österle, H. (2009). One Size Does Not Fit All—A Contingency Approach to Data Governance. *Journal of Data and Information Quality*, *1*(1), 1–27. <https://doi.org/10.1145/1515693.1515696>
- Willis, A. (2005). Corporate governance and management of information and records. *Records Management Journal*, *15*(2), 86–97. <https://doi.org/10.1108/09565690510614238>
- White, D., Mcmanus, J., & Atherton, A. (2007). Governance and information governance: Some ethical considerations within an expanding information society. *The International Journal for Quality and Standards*, *1*(1), 180–192.
- Zhai, J., & Wang, Y. (2016). Accounting information quality, governance efficiency and capital investment choice. *China Journal of Accounting Research*, *9*(4), 251–266. <https://doi.org/10.1016/j.cjar.2016.08.001>
- Zhou, M., Li, K., & Chen, Z. (2021). Corporate governance quality and financial leverage: Evidence from China. *International Review of Financial Analysis*, *73*, 101652. <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2020.101652>

3 ARTIGO II: GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DE ESPECIALISTAS EM GESTÃO E CONTABILIDADE

RESUMO

Esta pesquisa identifica como profissionais, docentes e/ou pesquisadores da área de gestão e contábil compreendem a Governança da Informação. Visando atingir esse objetivo, o percurso metodológico deste trabalho deu-se com base no método *Delphi* aplicado em duas rodadas, com participação de 15 especialistas da área contábil e de negócios. Foi aplicado um questionário *online* com o objetivo de levantar o consenso dos especialistas sobre todos os aspectos que envolvem a GI (conceituais, estrutura, objetivos, equipe e relação da GI com a GC). O instrumento de pesquisa foi organizado em cinco blocos, que, para obter o consenso dos especialistas, utilizou a Escala Likert de 5 pontos. Pode-se verificar que quanto aos aspectos estruturais, de relações da GI com a GC e relevância da GI, os resultados mostram um equilíbrio nessas áreas. Pode-se constatar, igualmente, que os resultados indicam que os especialistas apresentam consenso maior nos aspectos que indicam os benefícios da GI, contudo a compreensão do objetivo e da equipe e coordenação da Governança da Informação obtiveram as menores médias. De modo geral esses especialistas mostraram grande aceitação sobre os pontos abordados nos questionários, o que mostra a importância da GI para a Contabilidade e área relacionais. Todavia, os resultados apontam que a Governança da Informação é um assunto que precisa ser explorado entre os profissionais e acadêmicos da área de negócios para que tenham maior alinhamento entre o propósito, as práticas e os resultados alcançados.

Palavras-chave: Governança da Informação; Informação Contábil; Contabilidade; Formação Profissional.

1 INTRODUÇÃO

A Governança da Informação (GI), incluindo a informação contábil, tem aumentado porque considera-se a informação como um recurso estratégico (Coyne, Coyne & Walker, 2018; deMaine, 2016; Moura, Brauner & Janissek-Muniz, 2020; Oliveira, Behr & Maçada, 2019; Lien, 2021). Para isso, são requeridas práticas que asseguram a qualidade e segurança da informação e todo o arcabouço que a envolve (Abraham, Schneider & Brocke, 2019; Guetat & Dakhli, 2015). Todavia, a GI não é uma tarefa exclusiva do setor de tecnologia da informação (TI) da organização (Lajara, 2013).

A área contábil, por conseguinte, os profissionais contábeis, é parte interessada e apta em colaborar com a GI, tendo em vista que conhece a estrutura da GC e da informação (Salehi 2022). Entretanto, o perfil do profissional contábil deve ser analítico, com conhecimento sobre diferentes áreas, incluindo sistemas de informações (Isa, Sharifb, Alic & Nordind, 2019; Uyar, Gungormus & Kuzei, 2017). Assim, tem potencial de contribuir para a melhoria na segurança, qualidade, valor e conformidade das informações (Coyne, Coyne & Walker, 2018; Hoseinirad, Ghasemi & Mohseni, 2022; Isa, Sharifb, Alic & Nordind, 2019).

Estudos anteriores indicam que a GI é importante para o profissional contábil porque a qualidade da informação contábil tem relação com as políticas e práticas que são utilizadas na GI (Coyne, Coyne & Walker, 2018). Enquanto isso, práticas e mecanismos de GI referem-se a um processo cultural (Permatasari, Triyuwono & Mulawarman, 2021). As regras e práticas culturais da GI necessitam de formação continuada para que possam ser sustentadas pelas empresas, ou seja, depois da implementação de um programa de GI, este deve ser constantemente revisado e estudado para que possa ser mantido (Hoseinirad, Ghasemi & Mohseni, 2022; Permatasari, Triyuwono & Mulawarman 2021).

No ambiente organizacional, a GI é um tema de interesse, pois as organizações precisam de técnicas e conhecimentos que visam trazer valor e proteção aos dados informacionais (Hoseinirad, Ghasemi & Mohseni, 2022). Entre os docentes e pesquisadores, é um tema que envolve a formação profissional e a disseminação de novas práticas organizacionais (Apostolou, Dorminey & Hassell, 2022; Tyagi, 2021). No contexto contábil, a formação profissional e de pesquisadores é a base para o desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional e das práticas contábeis no campo organizacional (Salehi, 2022).

Em comum, profissionais, docentes e pesquisadores da área contábil e correlatas devem considerar a GI no seu escopo à medida que sua atuação converge para a informação no contexto sistêmico.

Nesse contexto, esta pesquisa justifica-se por ser uma temática insipiente no ambiente profissional e acadêmico (Oliveira, Behr & Maçada, 2019). No ambiente profissional, trata-se de um tema emergente para as organizações, pois elas precisam constantemente de técnicas e conhecimentos inovadores que visam trazer valor e proteção aos dados informacionais (Hoseinirad, Ghasemi & Mohseni, 2022). Perante a isso, as organizações procuram por profissionais que tenham um olhar mais analítico para as informações contábeis (Isa, Sharifb, Alic & Nordind, 2019), bem como permite que os profissionais reflitam sobre as mudanças do mercado e como os programas de gerenciamento de informações podem ser efetivos para a Contabilidade.

No contexto acadêmico, esse tema possibilita a compreensão e a familiaridade do assunto entre os pesquisadores da área contábil no Brasil, tendo em vista que os docentes dos programas de pós-graduação em Contabilidade são responsáveis pela formação de futuros professores, sendo que, por conseguinte, esses professores serão responsáveis pela formação de futuros profissionais (Apostolou, Dorminey & Hassell, 2022). Neste sentido, quando estamos nos referindo a uma mudança na formação profissional, precisamos lidar com quem é responsável pelo conhecimento de base (Salehi, 2022).

Assim, essa mudança envolve tanto as pessoas formadoras (docentes) quanto as pessoas que recebem a formação (discentes) nos vários níveis (graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*) (Salehi, 2022). No que se refere à formação *stricto sensu*, esta é fundamentada na pesquisa científica que investiga problemas reais ou problemas teóricos (Apostolou, Dorminey & Hassell, 2022). No contexto contábil, a formação *stricto sensu* é a base para o desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional e das práticas gerenciais (Salehi, 2022). Portanto, investigar os formadores de conhecimento (docentes pesquisadores em Ciências Contábeis) sobre Governança da Informação é oportuno, visto sua importância na produção e disseminação do conhecimento nos ambientes acadêmico e profissional (Apostolou, Dorminey & Hassell, 2022).

Isto posto, questiona-se: **Qual a compreensão de profissionais, docentes e/ou pesquisadores da área de gestão e contábil, sobre a relação da GI e a Contabilidade?** Logo, ao analisar a compreensão dos profissionais, docentes e/ou pesquisadores da grande área de gestão do Brasil, sobre a GI e a Contabilidade tem-se um espectro sobre o qual os formadores de conhecimento têm considerado a GI como um assunto contemporâneo nos ambientes acadêmico e profissional. Diante disso, o presente estudo objetiva identificar a compreensão dos profissionais, docentes e/ou pesquisadores da área gestão do Brasil, acerca da Governança da Informação e da Contabilidade.

Para atingir esse objetivo, utilizou-se o Método Delphi para coleta de dados por meio da realização de entrevistas *online*, semiestruturadas, questionando os profissionais, docentes e/ou pesquisadores da grande área de negócios do Brasil. Trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa. A estrutura metodológica deste trabalho foi dividida em duas fases. Na primeira fase, ocorreu a coleta dos dados, que foi a realização das entrevistas. Na segunda fase, foram organizados, classificados e analisados os dados coletados.

Esta pesquisa identificou, com base nos especialistas consultados, maior consenso de compreensão das contribuições da GI para as atividades administrativa, financeira e contábil do *framework* da GI e da relação da GC com a GI. Por outro lado, os objetivos e a coordenação e equipe da GI obtiveram menor consenso, conforme médias, e maior variabilidade nas respostas, conforme coeficiente de variação. Esses resultados sugerem que os especialistas consultados apresentam maior compreensão dos efeitos da prática da GI do que da sua concepção ou fundamentos.

Esses resultados têm implicações teóricas e práticas do tema no âmbito da área contábil e de negócios. No aspecto teórico, nota-se a necessidade de difundir o assunto entre os profissionais, docentes e pesquisadores, para que os conceitos que fundamentam a GI sejam compreendidos e notem a multidisciplinaridade do tema. Como decorrência, a implicação

prática esperada é que as ações tenham maior alinhamento com os objetivos e estrutura da GI, de modo que os benefícios percebidos sejam efetivos no escopo da GC.

Este trabalho está dividido em mais quatro seções, além desta introdução. A segunda seção aponta o referencial teórico desta pesquisa, em que são abordadas a Governança da Informação e sua relação com a Governança Corporativa. Na terceira seção, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados. Na quarta seção, são enfocados os resultados da pesquisa. E, na última, discorre-se sobre as considerações finais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Essa seção aborda a origem da Governança da Informação e sua relação com a Governança Corporativa, Governança da Dados, Governança da Tecnologia da Informação e com a Contabilidade. Também é contemplada a estrutura da GI, a partir do *framework* proposto por Guetat e Dakhli (2015).

2.1 Governança da Informação: origem e relações

A GI tem sua origem no *National Health Service* (NHS), sistema público de saúde do Reino Unido, por meio do programa *NHS Information Governance Programme*, em vigência desde 2004 (Donaldson & Walker, 2004; Lillywhite, 2004). Esse programa foi implantado devido à expansão dos serviços de informação eletrônica no NHS e a necessidade de uma gestão informacional eficaz (Lillywhite, 2004; Smallwood, 2014).

Desde então, a GI tornou-se um modelo de gestão de grandes dados e sua compreensão evoluiu ao longo do tempo (Smallwood, 2014). Por exemplo, para Donaldson e Walker (2004), a GI estabelece regras e práticas para a gestão informacional e diretrizes para obtenção, registro, manutenção, uso e compartilhamento das informações. Kooper, Maes e Lindgreen (2011) consideram que a GI é a forma como os dados são geridos e como eles atendem às questões regulamentares de privacidade e segurança da informação. Smallwood (2014) afirma que a GI traz segurança e proteção aos dados, além de atender a legislação aplicável. Coyne, Coyne e Walker (2018) pontuam que a GI minimiza os riscos que as organizações possuem quanto ao controle informacional. Por seu turno, Hagmann (2013), Tallon, Ramirez e Short (2014) e Tyagi (2021) consideram que a GI é um conjunto de conhecimentos e práticas que afeta a cultura organizacional para o gerenciamento das informações.

A GI é um modelo de gestão informacional que tem preceitos e busca o controle e segurança às informações (Faria, 2013; Lajara, 2013; Santos, 2018). Por ter o foco em orientar

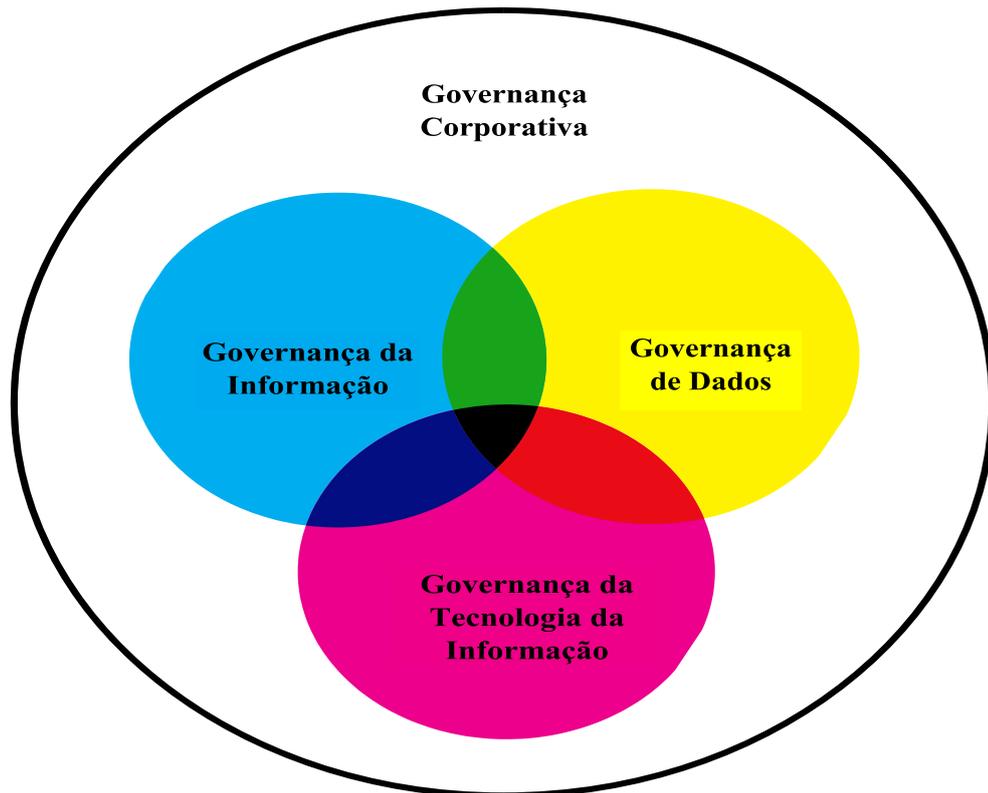
as empresas a gerirem suas informações, diferentes setores organizacionais são envolvidos (Guetat & Dakhli, 2015) porque se relaciona e possui diretrizes correlatas com outros tipos de governanças, tais como a Governança Corporativa (GC), Governança de Dados (GD) e a Governança da Tecnologia da Informação (GTI) (Soma, Termeer & Opdam, 2016). Isso denota seu alcance interdisciplinar (Faria, 2013; Tyagi, 2021).

A exemplo, a GD envolve políticas, padrões e procedimentos relacionados aos dados (coleta em várias fontes), armazenamento (banco de dados) e segurança (Guetat & Dakhli, 2015). Por sua vez, a GTI tem foco no gerenciamento dos sistemas e tecnologias da informação (os recursos tecnológicos) e nos riscos que podem ser ocasionados no processo de gestão das informações (Kooper, Maes & Lindgreen, 2011). A GC é um sistema de políticas e práticas que define o modelo de gestão corporativa, incluindo as informações organizacionais (Salehi, 2022; Smallwood, 2014; Uyar, Gungormus & Kuzei, 2017).

Considerando que a GC é responsável por estabelecer os padrões de interações entre pessoas (internas e externas à organização) e organizações; recursos tecnológicos (sistemas e tecnologias), bem como dados e informações que contribuem para o controle informacional, transparência, conformidade e qualidade das informações, inclusive a informação contábil, a GD, GTI e GI estão imbricadas no modelo de GC (Coyne, Coyne & Walker, 2018; Guetat & Dakhli, 2015; Isa, Sharifb, Alic & Nordind, 2019; Kooper, Maes & Lindgreen, 2011; Uyar, Gungormus & Kuzei, 2017) (Figura 1).

Figura 1

Embricamento da Governança Corporativa, da Informação, de Dados e da Tecnologia da Informação



A partir da análise da Figura 1, infere-se que a GC é responsável por estabelecer os padrões de interações entre pessoas (internas e externas à organização) e organizações, recursos tecnológicos (sistemas e tecnologias) e dados e informações que contribuem para a criação e manutenção da vantagem competitiva organizacional (Kooper, Maes & Lindgreen, 2011; Gue-tat & Dakhli, 2015).

Nesse raciocínio, a GI, GTI e a GD são partes integrantes da GC, com pontos de imbricamento e de especificidades (Assis, 2018; Tallon, Ramirez & Short, 2014). Como pontos convergentes, a GI e a GTI primam pela otimização das informações perante a utilização de um sistema de controle e de transparência. A GI e a GD, por sua vez, possuem, como pontos relacionais, a segurança e a privacidade das informações, além de realizarem auditoria periódica dos processos de gestão das informações. A GD e a GTI, por sua vez, almejam cumprir as regulamentações legais sobre o gerenciamento de dados e buscam estratégias para padronizar os mecanismos que gerem as informações.

Compreendida a relação da GI com a GD e GTI e estas com a GC, é oportuno apresentar a relação com o sistema de informação contábil, por vezes, simplesmente sistema contábil ou Contabilidade. A proximidade da Contabilidade com a GC dá-se pela *accountability* e transparência por ser fonte de informações para a geração de relatórios que possibilitam, principalmente, a análise econômico-financeira e, recentemente, incorporando informações

qualitativas (Coyne, Coyne & Walker, 2018; Zhai & Wang, 2016), como aquelas de natureza socioambiental das organizações. Por incorporar informações qualitativas, a Contabilidade tem o desafio de integrar informações financeiras e não financeiras em seus relatórios, aumentando o volume de dados, principalmente, não estruturados, o que requer estratégias de gestão da informação alinhada à estratégia organizacional (Zhai & Wang, 2016).

O conjunto dessas estratégias busca a qualidade da informação (Oliveira, Behr & Maçada, 2019), que não se limita às características qualitativas da informação contábil preconizadas pelas normas internacionais de Contabilidade. A qualidade da informação é melhorada quando se tem um sistema de *compliance* da informação, uma estrutura de recursos físicos e técnicos adequados e mecanismos que viabilizam a operacionalização das práticas de GI (Coyne, Coyne & Walker, 2018; Guetat & Dakhli, 2015; Oliveira, Behr & Maçada, 2019; Silva, Carvalho, Castro & Soares, 2021). Assim, Contabilidade e GI relacionam-se ao definir políticas, regras e práticas que contemplam a informação contábil estruturada e conhecida pelos relatórios financeiros quanto à informação não estruturada e qualitativa, como aquelas de natureza socioambiental, divulgadas em formulários de referências (*guidance*), relatórios da administração, socioambientais, relato integrado e teleconferências de resultados, por exemplo (Zhai & Wang, 2016).

Como pontos convergentes, a GI e a GTI (Figura 1) primam pela otimização das informações perante a utilização de um sistema de controle. O público-alvo de ambas as governanças é o alto escalão das empresas, buscando pelo controle e transparência das informações (Assis, 2018). A GI e a GD, por sua vez, possuem, como pontos relacionais, a segurança e a privacidade das informações, além de realizarem auditoria periódica dos processos de gestão das informações. A GD e a GTI almejam cumprir as regulamentações legais sobre o gerenciamento de dados e buscam estratégias para padronizar os mecanismos que gerem as informações (Tallon, Ramirez & Short, 2014).

Por fim, é possível identificar que todas as governanças possuem como, contexto inicial, a GC, que zela pela continuidade e equilíbrio da organização como um todo (Assis, 2018). A GI, a GTI e a GD são governanças tipicamente relacionais, apesar de terem suas especificidades, que são essenciais para seu desempenho e para a compreensão da conduta da GC (Tallon, Ramirez & Short, 2014).

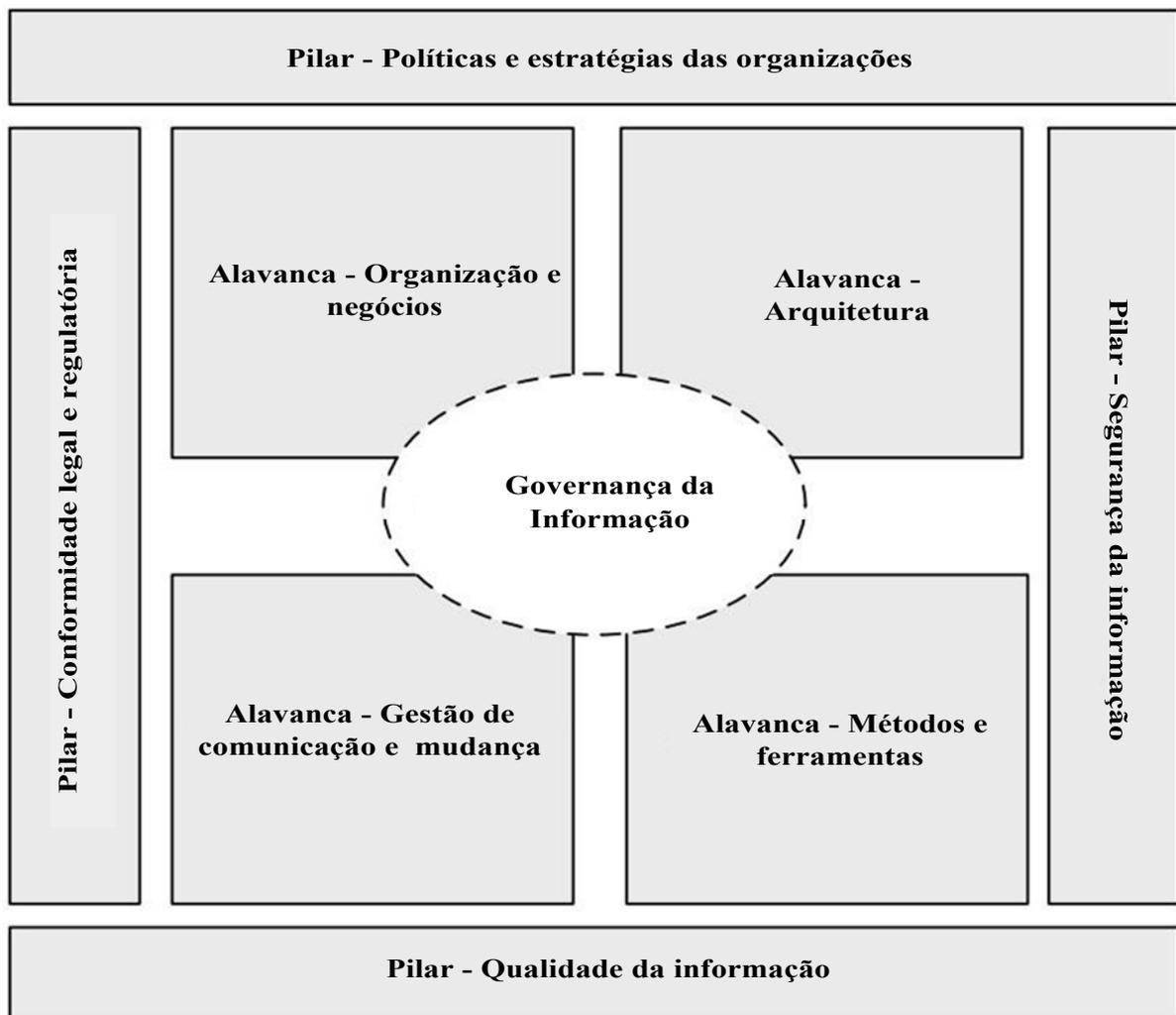
A GI é multidisciplinar e está presente em muitas áreas. Ela possui efetividade na gestão informacional das áreas de negócios e, por isso, faz-se necessário pensar a sua contribuição para a Contabilidade. No próximo tópico, será abordada a estrutura da GI.

2.2 Estrutura da Governança da Informação

A GI não deve ser uma atribuição exclusiva do departamento de TI, porque a diferença entre TI e informação é o aspecto humano (Guetat & Dakhli, 2015), isto é, dar sentido e valor à informação é uma capacidade humana e a troca de informações é uma forma de fazer interações em determinados contextos (Tyagi, 2021). O contexto é um elemento do ambiente organizacional, que incorpora os fatores que afetam a forma como uma organização lida com as informações (Soma, Termeer & Opdam, 2016).

Como se nota, a GI, quanto à sua estrutura, permeia a organização e pode ser delineada por meio de um *framework*, conforme sugerido por Guetat e Dakhli (2015) (Figura 2).

Figura 2
Framework da Governança da Informação



O *framework* da GI está dividido em quatro pilares (políticas e estratégias das organizações; conformidade legal e regulatória; qualidade da informação e segurança da informação) e quatro alavancas (organização e negócios; arquitetura; métodos e ferramentas e gestão de comunicação e mudanças) (Walsh, McAvoy & Sammon, 2022). De acordo com Guetat e Dakhli (2015), o pilar de política e estratégias das organizações reconhece que a GI deve estar alinhada com a estratégia de negócio da organização. O pilar de conformidade legal e regulatória descreve as restrições normativas e legais externas ou internas inerentes ao negócio e que afeta a GI (por exemplo, Lei Geral de Proteção de Dados) (Abraham, Schneider & Brocke, 2019). O pilar da qualidade da informação trata dos objetivos, características e delimitação do que a organização define como qualidade da informação para fins intra e interorganizacional (Walsh, McAvoy & Sammon, 2022). E o pilar de segurança da informação define os requisitos de proteção e privacidade dos dados que devem ser observados nas atividades de GI (Abraham, Schneider & Brocke, 2019).

Ainda Guetat e Dakhli (2015) explicam que as alavancas são os meios que permitem a implementação da GI nas organizações. A alavanca de organização e negócios trata das responsabilidades, papéis, procedimentos, recursos materiais e humanos necessários para implementar as atividades de GI (Abraham, Schneider & Brocke, 2019). A alavanca de gestão da comunicação e mudança trata dos processos de mudança organizacional (comunicação, treinamentos, assistência) para minimizar os efeitos da resistência à mudança. Essas duas alavancas tratam de questões organizacionais (quem? quando? quais recursos?) (Guetat & Dakhli, 2015).

Por sua vez, a alavanca da arquitetura refere-se aos padrões, princípios e regras de arquitetura do sistema de informação (modelagem da informação, processamento, distribuição e uso da informação), para organizar os bancos de dados e integrá-los ao sistema de informações (Walsh, McAvoy & Sammon, 2022). A alavanca de métodos e ferramentas contempla as abordagens, os métodos e as ferramentas que suportam as atividades de implementação da arquitetura de informações e da GI; está relacionada com os aspectos operacionais – quais ferramentas? como? – de monitoramento, medição e aplicação de conformidade às regras e padrões de arquitetura, restrições legais e restrições de qualidade e segurança da informação. Essas duas alavancas contribuem para a eficácia da GI, quando houver tanto de maturidade da arquitetura do sistema de informações, quanto de maturidade de TI (Guetat & Dakhli, 2015).

Ainda sobre a Figura 2, destacam-se os pré-requisitos para que a GI seja um método de gestão eficaz (Abraham, Schneider & Brocke, 2019). A sua eficácia depende tanto da maturidade da arquitetura, do sistema de informações, quanto da maturidade de uma estrutura

de TI (Guetat & Dakhli, 2015; Hagmann, 2013; Kooper, Maes & Lindgreen, 2011). O *Framework da Governança da Informação* está organizado de forma estrutural e analítica para que a GI para sua melhor aplicação nas organizações (Walsh, McAvoy & Sammon, 2022).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico deste trabalho foi dividido em duas etapas. A primeira etapa trata sobre a técnica Delphi de coleta de dados e a segunda etapa refere-se à análise dos dados.

3.1 Aplicação do Método *Delphi*

A estratégia de pesquisa é o método *Delphi ranking-type* ou *ranking-form*, que tem por objetivo obter um consenso e identificar questões-chave, a partir de um grupo de especialistas (Paré, Cameron, Poba-Nzaou & Templier, 2013; Wright, 2000) composto por profissionais, docentes e/ou pesquisadores da área contábil ou organizacional. Essa tipologia do método *Delphi ranking-type* é desenvolvida em três fases: (1) *brainstorming*, (2) sintetização e (3) classificação (Paré, Cameron, Poba-Nzaou & Templier, 2013).

Na fase de *brainstorming*, os especialistas foram introduzidos ao assunto e ao método, os quais tiveram liberdade de declinar da participação. Caso aceitassem a participar, os especialistas responderiam ao instrumento de pesquisa (Apêndice A). O questionário foi estruturado em cinco blocos (A - Objetivos da Governança da Informação; B - Coordenação e Equipe da Governança da Informação; C - *Framework* da Governança da Informação; D - Governança Corporativa e suas relações; E - Contribuições da Governança da Informação às atividades administrativa, financeira e contábil).

Nesses blocos, as questões eram do tipo escala *Likert* de 5 pontos, sendo 1 para discordo totalmente e 5 para concordo totalmente. Ao final de cada bloco, havia duas questões abertas para os especialistas, sendo uma para comentar sobre as respostas do bloco e a outra para que pudessem sugerir novas questões que, na perspectiva deles, não foram contempladas no instrumento de pesquisa. Houve somente uma questão de múltipla escolha, que foi necessária para fundamentar um questionamento, que não era possível verificar com uma questão em escala *likert*.

Em seguida, iniciou-se a fase de sintetização com a análise das respostas do questionário e análise das sugestões dos especialistas, possibilitando, respectivamente, a exclusão de questões que não atingiram *ranking* mínimo (média igual ou maior que 4 pontos)⁷ e a inclusão de novas questões, conforme sugestão dos especialistas e se consideradas adequadas pelos pesquisadores. Adicionalmente, fez-se a análise do coeficiente de variação de cada questão em escala tipo *Likert* de 5 pontos e de cada bloco de questões. Essas medidas da estatística descritiva possibilitam a análise da posição e sua variação do conjunto de respostas válidas (dos dados) e verificação sobre quão são próximas ou não.

A partir da sintetização, fez-se a devolutiva (*feedback*) da primeira rodada aos especialistas, iniciando a segunda rodada do método *Delphi*. Nessa devolutiva, apresentou-se as questões que atingiram *ranking* mínimo (a média de cada questão como medida de ranqueamento). Ao lado da média, foi apresentado o coeficiente de variação como informação de medida da dispersão. Considerou-se que houve baixa dispersão quando o coeficiente de variação foi de até 15,00%; média dispersão se o coeficiente de variação ficou entre 15,01% e 30,00% e alta dispersão se o coeficiente de variação foi maior ou igual a 30,01% (Martins & Theóphilo, 2016). Nessas questões que houve consenso, solicitou-se que os especialistas avaliassem o posicionamento no *ranking* e indicassem concordância com a posição ou sugestão de mudança.

Adicionalmente, foram incluídas novas questões conforme sugestões apresentadas pelos especialistas e acatadas pelos pesquisadores, com os mesmos critérios da primeira rodada (questões do tipo escala *Likert* de 5 pontos, sendo 1 para discordo totalmente e 5 para concordo totalmente). Essas novas questões foram avaliadas com os mesmos critérios da primeira rodada. Na sequência, fez-se as devolutivas sobre os comentários apresentados pelos especialistas. Nesta segunda rodada, não se abriu possibilidade para sugestões de novas questões, apenas para comentários dos especialistas.

Com o retorno da segunda rodada pelos especialistas, seguiu-se para a fase de classificação quando se busca o consenso do *ranking*. Caso não haja consenso, faz-se nova rodada para que os especialistas possam reavaliar o ranqueamento das questões, repetindo-se quantas rodadas forem necessárias até obter o consenso. Paré, Cameron, Poba-Nzaou e Templier (2013) afirmam que, após duas rodadas, é possível obter consenso. Nesta pesquisa, foram realizadas duas rodadas.

⁷ Para iniciar essa fase, foi estabelecida uma nota de corte das questões visando selecionar somente aquelas que fossem relevantes para a pesquisa. Diante disso, adotou-se como critério de corte a nota 4 de uma escala de 1 a 5.

O questionário foi aplicado por meio de formulário eletrônico (*Google forms*) e encaminhado via e-mail aos especialistas que aceitaram participar da pesquisa.

3.2 Escolha e Perfil dos Especialistas

Estudos sobre a técnica Delphi não estabelecem nenhum requisito específico para a seleção e quantidade de participantes. Todavia, tem a sugestão de participação de, no mínimo, 10 e, no máximo, de 30 indivíduos (Worrel, Di Gangi & Bush, 2013). Para esta pesquisa utilizou-se um painel de especialistas escolhidos pelos critérios apresentados na Tabela 1.

Tabela 1

Critérios de Seleção dos Especialistas Profissionais e Pesquisadores

Étapas	Item	Descrição Sintética	Quantidade
1	Critério de Seleção	Brasileiros com Currículo Lattes atualizado nos últimos 12 meses (data da consulta 09/09/2022), com formação mínima de doutorado, modo de busca: assunto “governança da informação”	41
		Docentes de Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Ciências Contábeis, que atuem com pesquisa nos seguintes temas “governança corporativa e/ou informação contábil e/ou sistema de informação”	62
2	Elegibilidade e Convite	Profissionais e/ou Pesquisadores e/ou Docentes: (i) linha de pesquisa esteja relacionada com informação, tecnologias e sistemas de informação; (ii) acessibilidade por e-mail; (iii) não tenham conflito de interesse com a pesquisa.	20
		Até dois docentes de cada Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Ciências Contábeis	62
3	Confirmação	Profissionais e/ou Pesquisadores e/ou Docentes: Resposta de aceite, via e-mail.	7
		Docentes de Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Ciências Contábeis: resposta de aceite, via e-mail	9

Entre os especialistas convidados, houve o declínio de quatro docentes e o retorno de um e-mail que não chegou ao destinatário daqueles vinculados aos Programas de Pós-graduação (PPG). Assim, considerou-se que houve contato efetivo com 57 docentes de PPGs. Dos especialistas convidados categorizados como Profissionais e/ou Pesquisadores e/ou Docentes, não houve e-mail de resposta de declínio, nem retorno de e-mail por não chegar ao destinatário. Assim, a taxa média de confirmação foi de 19,5% em relação ao quantitativo de especialistas convidados, com maior participação de profissionais e/ou pesquisadores e/ou docentes não vinculados a PPGs de Ciências Contábeis.

Os especialistas participantes apresentam as seguintes características (Tabela 2):

Tabela 2
Características dos Especialistas

Gênero	Masculino – 12 (80%) Feminino – 3 (20%)
Idade	Menor – 36 anos Maior – 67 anos Idade média – 51 anos
Atividade	Somente Docente – 3 Docente e Pesquisador – 6 Somente Pesquisador – 1 Somente Profissional que atua em empresa - 1 Profissional que atua em empresa, Docente e Pesquisador - 3

Quanto à característica atividade, os especialistas assinalaram quantas atividades representam o exercício profissional. Alguns acumulam três atividades; apenas um relatou pesquisador como sendo sua atividade, contudo, na análise do seu Currículo Lattes, é um especialista que exerce a atividade de pesquisa com vínculo em empresa. Os demais docentes e pesquisadores atuam exclusivamente em instituições de ensino superior, exercendo as atividades de ensino e pesquisa, inclusive em PPGs. Aqueles que assinalaram apenas docência, não atuam em PPGs. E entre os profissionais que atuam em empresas, docente e pesquisador, há aqueles que atuam em PPGs, mas o vínculo funcional com a instituição de ensino superior permite a realização de outras atividades não ligadas à pesquisa.

4 RESULTADOS

Os resultados são apresentados seguindo a aplicação do método *Delphi*, isto é, os resultados das rodadas. Em seguida, os resultados serão discutidos.

4.1.1 Primeira Rodada

A primeira rodada compreende duas fases, sendo a de *brainstorming* e a fase de sintetização dos dados. No próximo bloco, discorre-se sobre a primeira fase.

4.1.2 Fase *Brainstorming*

A fase de *brainstorming* iniciou com os 16 especialistas que confirmaram a participação na pesquisa. Eles foram esclarecidos sobre a operacionalização do método *Delphi*, o assunto e o objetivo da pesquisa e tiveram a liberdade de concordar com os termos da pesquisa. Nesta etapa, um especialista declinou em dar continuidade em participar da pesquisa justificando não ter domínio sobre o tema da pesquisa. Assim, os resultados alcançados referem-se à participação de 15 especialistas.

Como o questionário foi dividido em blocos, segue-se essa organização para a análise dos resultados. Quanto aos objetivos da GI (Bloco A) foram avaliados cinco aspectos (Tabela 3) conforme indicado pela literatura, posicionados em ordem decrescente conforme média.

Tabela 3

Bloco A - Objetivos da Governança da Informação

Afirmações	Média	Coefficiente de Variação
Definir práticas de segurança e gestão de riscos dos dados/informação	4,67	12,78%
Integrar as áreas organizacionais no processo e fluxo da informação	4,47	22,93%
Alinhar, de modo estratégico, a informação corporativa ao negócio	4,47	24,34%
Definir práticas sobre o ciclo de vida e qualidade da informação	4,33	21,76%
Auxiliar na definição dos recursos afetos à informação (infraestrutura, pessoas, sistemas)	4,00	30,28%

Todas as afirmações obtiveram média igual ou maior que 4, com coeficiente de variação predominantemente baixo e médio. A afirmação com menor média (maior coeficiente de variação) indica, para os especialistas, que embora seja um objetivo da GI não está entre os objetivos prioritários. Ainda assim, denota concordância dos especialistas com os objetivos da GI elencados pela literatura, os quais podem contribuir para a vantagem competitiva das organizações (Lillywhite, 2004).

Os comentários dos especialistas sobre os objetivos da GI relacionam-se com a literatura ao mencionarem que “*a Governança da Informação estabelece a estratégia organizacional*”; “*está mais relacionado com atividades estratégicas*” (E8, pesquisadora) e “*garantir a tempestividade da informação*” (E6, pesquisador e professor). Esses comentários corroboram com o que foi apresentado no referencial teórico, que afirma que a GI trata de um conjunto de práticas que afetam a estrutura organizacional (Tallon, Ramirez & Short, 2014).

O Bloco B trata da coordenação e equipe da GI, com apenas duas questões em escala tipo *Likert*. Quanto à coordenação, os especialistas foram consensuais em discordar (média:

2,4) que a coordenação da GI é uma atribuição exclusiva de gestores de TI, com alto coeficiente de variação (45,13%). Com esse consenso, foi alterado o conteúdo da afirmativa para que houvesse nova testagem de consenso. Quanto à equipe de GI, houve consenso em concordar que esta deve ser composta por profissionais de diferentes áreas (média: 4,47; coeficiente de variação: 22,93%).

Esses resultados são confirmados com a questão de múltipla escolha, quando os especialistas indicaram quais profissionais são aptos a coordenar e compor uma equipe de GI (Tabela 4).

Tabela 4

Bloco B – Coordenação e Composição da Equipe de GI

Respostas	Profissionais Aptos
14	Profissionais da área de Tecnologia da Informação
11	Profissionais da área Administrativa-Financeira
8	Profissionais da área Contábil
2	Profissionais da área do Jurídico
2	Profissionais da área de Gestão de Pessoas
1	Profissionais da área Ouvidoria
1	Cientistas de dados e informações
1	Gestores de dados e informações
1	Bibliotecários
1	Profissionais da Informação
1	Profissionais da área de Comunicação
1	Todas as áreas de TI e de negócio devem ter papel específico na Governança da Informação.
1	Especialistas de várias áreas da organização

É consenso dos especialistas que, em uma equipe de GI, devem atuar profissionais de diferentes áreas. O maior quantitativo de profissionais da área da tecnologia da informação pode estar atrelado ao fato que, para coordenar a equipe de GI, é imprescindível o conhecimento de sistemas e de tecnologia da informação. Nota-se que os especialistas indicaram os profissionais da área administrativa-financeira e da área contábil logo em seguida. Esse resultado corrobora com Guetat e Dakhli (2015), ao mencionar que a GI é um campo de conhecimento multidisciplinar.

A cooperação de profissionais das áreas administrativa-financeira e contábil com os profissionais da área de TI é fundamental devido aos conhecimentos de gestão organizacional e das informações econômicas-financeiras que são geradas e suas finalidades (Smallwood, 2014; Coyne, Coyne & Walker, 2018).

Quanto ao *framework* da GI (Bloco C), seguiu a proposta de Guetat e Dakhli (2015) conforme Figura 2, e quanto aos mecanismos seguiu Oliveira, Behr e Maçada (2019), cujos resultados estão apresentados na Tabela 5.

Tabela 5

Bloco C - Framework da Governança da Informação

	Afirmações	Média	Coefficiente de Variação
Pilares	As políticas e estratégias de negócio das organizações deve alinhar as práticas e estratégias da Governança da Informação.	4,87	6,98%
	As políticas e práticas de conformidade (<i>compliance</i>) de negócio das organizações deve alinhar as práticas e estratégias de conformidade informacional, aplicáveis nos ambientes interno e externo, por meio da Governança da Informação (por exemplo, Lei Geral de Proteção de Dados).	4,87	6,98%
	A segurança da informação compreende os requisitos de proteção e privacidade dos dados, bem como medidas contingenciais quando necessárias, que devem ser praticadas nas atividades organizacionais do fluxo/processo informacional.	4,80	11,28%
	A qualidade da informação compreende os objetivos, características e delimitação do que a organização define como qualidade informacional (o que, para quem, quando, como) para fins intra e interorganizacional.	4,53	15,84%
	Média de Concordância	4,77	-
Alavancas	Desenvolver e manter canais de comunicação (treinamentos, capacitações, assistência, entre outros) para tratar da mudança organizacional e minimizar os efeitos da resistência são necessários para a adoção das diretrizes e práticas da Governança da Informação.	4,60	10,65%
	A maturidade da Governança da Informação contribui para o atingimento e manutenção da maturidade de Governança Corporativa quanto ao processo/fluxo informacional.	4,60	13,28%
	O corpo diretivo estratégico da organização deve definir as responsabilidades, papéis, recursos materiais e humanos necessários para implementar e manter as diretrizes e práticas da Governança da Informação.	4,53	13,64%
	As decisões do corpo diretivo estratégico da organização e do corpo diretivo da Governança da Informação, somadas com a maturidade da arquitetura e da tecnologia e sistemas de informação contribuem para o atingimento e manutenção da Governança da Informação.	4,53	17,77%
	A arquitetura da informação contempla os usuários, conteúdo e contexto da informação e integra com a arquitetura dos sistemas de informação (modelagem, processamento, distribuição e uso da informação) para organizar os bancos de dados	4,47	11,17%
	O corpo diretivo estratégico da organização e o corpo diretivo da Governança da Informação tratam de questões organizacionais (quem? quando? como? quais recursos?) para implementar e manter as diretrizes e práticas de Governança da Informação.	4,40	18,18%
	Os métodos e ferramentas relacionados às tecnologias e aos sistemas de informação dão suporte para a implementação da arquitetura de informação e da Governança da Informação.	4,33	16,14%
	As decisões do corpo diretivo estratégico da organização e do corpo diretivo da Governança da Informação contribuem para o atingimento e manutenção tanto da maturidade da arquitetura quanto da maturidade de tecnologia e sistemas da informação.	4,33	20,06%
	Os métodos e ferramentas de tecnologias e sistemas de informação estão relacionados com os aspectos operacionais (quais ferramentas? como? por quê?), de monitoramento, medição e aplicação de conformidade às regras e padrões da arquitetura da informação, restrições legais e qualidade e segurança da informação.	4,20	21,65%
	Média de Concordância	4,44	-
Mecanismos	O ciclo de vida da informação com base em critérios de necessidade e utilidade; armazenamento e retenção, práticas de <i>backup</i> e recuperação de dados, monitoramento de acessos, migração de dados entre níveis de armazenamento, por exemplo, são práticas relacionadas a processos informacionais na estrutura administrativa da organização.	4,40	13,89%
	Educação e orientação quanto ao uso de dados e informação, quanto à comunicação/disseminação da informação são práticas relacionais aplicadas	4,33	13,76%

para a interação entre os usuários da informação nos ambientes interno e externo à organização.		
As atribuições de papéis e responsabilidades quanto à propriedade de dados e informação, estabelecimento de políticas, mecanismos de supervisão e controle são práticas relacionadas à estrutura administrativa da organização.	4,00	22,36%
Média de Concordância	4,24	-

Embora esse bloco contenha 16 afirmações, todas elas obtiveram média igual ou maior que 4 e o coeficiente de variação foi médio com tendência a baixo. Esses resultados indicam que os especialistas brasileiros concordam com a literatura, proveniente de estudos predominantemente internacionais. Adicionalmente, foi abordado que “*governança da informação pode assumir diferentes abordagens, a depender do negócio da organização, dos recursos disponíveis, dos desafios existentes e da estratégia adotada*” (E8, pesquisadora) e “*algumas decisões dependem muito das pessoas nas unidades organizacionais*” (E9, profissional que atua em empresa, Professor e Pesquisador). Esses comentários sugerem que a GI é um modelo que deve adequar-se ao modelo de negócio (e vice-versa), assim como ocorre com a GC, por isso, a importância de ter políticas e regras bem definidas.

Outra observação é sobre as médias obtidas para os três elementos que compõem esse bloco: pilares do *framework* da GI (4,77), as alavancas do *framework* da GI (4,44) e os mecanismos da GI (4,24). Notou-se maior concordância nos pilares que representam os fundamentos da GI e, à medida que se operacionaliza esses fundamentos, as concordâncias médias foram menores. Considerando que as alavancas são os meios para implementar os pilares, enquanto os mecanismos são os facilitadores para operacionalizar e integrar as alavancas, pode-se sugerir que a operacionalização da GI ainda seja um aspecto de menor consenso por não familiaridade com o assunto no contexto nacional. Sobre isso, o E16 comenta sobre a necessidade de capacitar as pessoas sobre GI, de se ter métricas da GI e resultados dessa iniciativa. Tal comentário é oportuno porque observa que as menores médias para as alavancas estão relacionadas a aspectos técnicos (arquitetura, métodos e ferramentas de TI e SI), ou seja, assuntos que o domínio se concentra em profissionais de TI.

A GI é considerada uma ramificação da GC, assim como a GD e GTI. O Bloco D explora essas intersecções e as especificidades (Tabela 6). Nesse bloco, a GC foi considerada como o modelo de gestão, por meio de políticas e diretrizes, o que é estabelecido pelo Conselho de Administração. Assim, ao mencionar GC refere-se à operacionalização da estrutura definida por esses membros diretivos.

Tabela 6

Bloco D - Governança Corporativa e suas relações

Afirmações	Média	Coefficiente de Variação
A Governança da Informação é parte integrante da Governança Corporativa, com aspectos que imbricam com a Governança de Dados e Governança da Tecnologia Informação	4,67	10,10%
A Governança Corporativa estabelece políticas e diretrizes para a gestão corporativa, isto é, do negócio, da informação corporativa, dos recursos humanos, dos recursos de infraestrutura (operacional, tecnológica e administrativa).	4,60	10,65%
A Governança de Tecnologia da Informação é parte integrante da Governança Corporativa, com aspectos que imbricam com a Governança de Dados e Governança da Informação	4,53	11,00%
A maturidade da Governança Corporativa contribui para o atingimento da maturidade da Governança de Dados.	4,53	11,00%
A maturidade da Governança Corporativa contribui para o atingimento da maturidade da Governança da Tecnologia da Informação.	4,53	13,64%
A Governança de Dados é parte integrante da Governança Corporativa, com aspectos que imbricam com a Governança da Tecnologia da Informação e Governança da Informação	4,47	13,84%
A maturidade da Governança Corporativa contribui para o atingimento da maturidade da Governança da Informação.	4,40	13,89%
A Governança da Tecnologia da Informação orienta, avalia, otimiza e acompanha o uso de tecnologias e sistemas de informação nas organizações para o cumprimento de suas atividades	4,27	20,01%
A Governança da Informação estabelece políticas e práticas para obtenção, registro, manutenção, uso, compartilhamento e segurança das informações	4,13	24,78%
A Governança de Dados assegura os procedimentos que envolvem sistemas, processos e regras para que os dados tenham qualidade e segurança.	3,80	29,15%

Depreende-se, a partir dos resultados apresentados na Tabela 6 que há consenso que a GC é o pilar para GI, GTI e GD. Trata-se do conhecimento basal sobre os sistemas de controle organizacional, por isso, seus fundamentos interseccionam-se com as outras governanças e fortalecem a cultura organizacional, corroborando com os interesses de todos os usuários das informações (Kooper, Maes e Lindgreen, 2011). A GC trata-se do conhecimento geral sobre sistemas de gestão e a GI, GTI e GD são governanças que possuem em seu escopo gerir especificidades, tais como dados, informações e sistemas tecnológicos (Donaldson & Walker, 2004).

A única afirmação que não atingiu a média mínima refere-se à GD, no quesito qualidade e segurança dos dados. Sobre isso, o E8 (pesquisadora) entende a “(...) *governança de dados como parte da Governança da Informação. Afinal, o próprio conceito de 'informação' parte da definição de 'dados'. Na prática e no dia-a-dia organizacional, esforços de Governança da Informação incluem processos e melhores práticas de gestão de dados.*”. E o E15 (profissional que atua em empresa) observa que a “*Governança de Dados trata da oferta dos dados e Governança da Informação trata do consumo dos dados e processamento analítico.*”. Esses

comentários contribuem para a compreensão que GD e GI são limítrofes, que podem ser consideradas conjuntamente como GI.

A contribuição da GI para as atividades administrativa, financeira e contábil (Bloco E) foi avaliada, obtendo consenso dos especialistas para todas as afirmações, com coeficiente de variação médio e baixo (Tabela 7).

Tabela 7

Bloco E - Contribuições da Governança da Informação às atividades administrativa, financeira e contábil.

Afirmações	Média	Coefficiente de Variação
A Governança da Informação contribui para a qualidade e valor da informação, aumentando a utilidade da informação econômico-financeira, por exemplo.	4,73	12,12%
A Governança da Informação contribui para o desenvolvimento de atividades contábil-administrativas como <i>data analytics</i> , <i>big data</i> , <i>business intelligence</i> entre outras.	4,60	10,65%
A Governança da Informação deve ser parte do conhecimento de profissionais que atuam na área de Controladoria	4,60	10,65%
A Governança da Informação contribui para a integração da informação estruturada (de natureza econômico-financeira) com a informação não estruturada (aquelas de natureza socioambiental, por exemplo).	4,53	11,00%
A Governança da Informação contribui para a validação e segurança dos dados na avaliação da conformidade de sistemas de informações contábeis, práticas de auditoria, por exemplo.	4,53	15,84%
A Governança da Informação deve ser parte do conhecimento de profissionais que atuam na área de Auditoria	4,40	19,99%
A Governança da Informação deve ser parte do conhecimento de profissionais que atuam na área Administrativa-Financeira	4,33	16,14%
A Governança da Informação deve ser parte do conhecimento de profissionais que atuam na área Contábil	4,33	16,14%

Esse consenso sugere que a GI minimiza possíveis erros informacionais, corroborando com a literatura (Coyne, Coyne & Walker, 2018; Oliveira, Behr e Maçada, 2019). Assim, a GI deve ser de conhecimento de profissionais que atuam na área contábil (*controllers*, auditores, contadores e de gestores administrativos-financeiros). Esse resultado reforça a importância de uma equipe multidisciplinar para a GI, reforçando os resultados apresentados no Bloco B. Ademais, contribui para a combinação de informações financeiras e não financeiras, aumentando o valor e utilidade da informação aos usuários.

Para consolidar os resultados, apresentou-se a média e o coeficiente de variação por Bloco, excluindo as questões que não atingiram a média mínima (Blocos B e D) (Tabela 8). Assim, sintetiza-se o resultado da primeira etapa (*brainstorming*) do método *Delphi* para essa pesquisa.

Tabela 8

Resultado Consolidado sobre o Consenso de Governança da Informação

Blocos de Questões	Média	Coefficiente de Variação
E - Contribuições da Governança da Informação às atividades administrativa, financeira e contábil	4,51	14,60%
C - <i>Framework</i> da Governança da Informação	4,49	15,75%
B - Coordenação e Equipe da Governança da Informação	4,47	22,93%
D - Governança Corporativa e suas relações	4,45	15,14%
A - Objetivos da Governança da Informação	4,39	23,22%

O resultado consolidado sugere o consenso dos especialistas, confirmando a literatura acerca da estrutura da GI, seus objetivos e relações (Coyne, Coyne & Walker, 2018; Donaldson & walker, 2004; Tallon, Ramirez & Short, 2014). Nota-se que o maior consenso se refere às contribuições da GI e, em contraponto, o menor consenso é o objetivo da GI. Em seguida, o *framework* obteve o segundo maior consenso, porém em relação com a GC, sendo que essa questão se posicionou na quarta maior média. Esses resultados sugerem que, entre os especialistas, a GI é um conceito que não está consolidado (Blocos A e D), mas a experiência dos especialistas sinaliza a potencialidade dese assunto, em especial, para aprimorar e qualificar o processo da informação econômica-financeira e não financeira (Bloco E). Além disso, compreende-se que a GI é um modelo multidisciplinar, conforme *framework* de GI (Bloco C), com carência de conhecimento (menor consenso) pelos profissionais da área de gestão e contábil sobre os aspectos técnicos de TI e SI.

Na próxima seção, são apresentados os resultados da fase de sintetização do método *Delphi*, em especial, de sugestão de novas questões. A identificação de afirmativas que deveriam ser eliminadas foi realizada nesta etapa.

4.1.3 Sintetização

Depois de analisar os resultados das respostas do questionário, inclusive os comentários, inicia-se a sintetização das sugestões de novas questões apresentadas pelos especialistas. Nessa etapa, foi analisado se as sugestões de melhorias/questões têm foco específico com a GI ou trata-se de uma questão ampla. Também se verificou se as sugestões eram coerentes com o objetivo da pesquisa. Foram priorizadas sugestões de foco amplo, tendo em vista que o objetivo desta pesquisa é a compreensão da GI, sem adentrar-se em aspectos específicos de cada elemento explorados nos Blocos. O resultado das sugestões de novas questões está sumarizado na Tabela 9.

Tabela 9
Análise das Sugestões de Novas Perguntas

Sugestão	Decisão	Justificativa da Decisão
Métricas (<i>Key Performance Indicator</i> – KPI) sobre o valor da informação	Acatar	Definir e gerir métricas sobre a informação faz parte do objetivo da GI. Não estava contemplado no instrumento de pesquisa. Inserir no Bloco A
Disponibilidade da informação	Não acatar	São características específicas da qualidade da informação. Há questões sobre qualidade da informação, sem entrar em aspectos específicos que a qualificam.
Tempestividade da informação		
Contribuir para a redução de custos na geração e análise da informação econômica-financeira.		
Definir práticas sobre a qualidade da informação	Não acatar	Contemplada no Bloco C, em questão que tratou de práticas relacionadas a processos informacionais na estrutura administrativa da organização.
Definir práticas sobre a Lei Geral de Proteção de Dados	Não acatar	Contemplado em questões nos Blocos A C e E.
Políticas de conformidade legal e regulatória		
Sigilo da Informação		
Recuperação da informação		
Capacitar pessoas sobre GI	Não acatar	Contemplado em questão do Bloco C.

Assim, foi excluída apenas uma questão e foi incluída uma nova questão. O novo questionário está apresentado no Apêndice B. Ele foi encaminhado, por e-mail, aos especialistas, acompanhado de um breve *feedback* sobre a etapa anterior e orientações sobre a nova etapa. Assim, os resultados da segunda rodada são apresentados na seção 4.2

4.2 Resultados da Segunda Rodada

A segunda rodada iniciou-se com a devolução dos resultados da primeira rodada e a inserção da questão no Bloco A, conforme sugestão acatada; alteração da questão no Bloco B e exclusão de questão no Bloco D. Todos os especialistas participantes da primeira rodada deram retorno na segunda rodada. Como foram apresentados esclarecimentos sobre dúvidas e concedido *feedback*, nessa rodada, não houve novas sugestões de questões.

Com essas alterações, a questão inserida no Bloco A foi avaliada pelos especialistas e obteve média de 4,4 pontos e coeficiente de variação de 11,13%. A alteração da questão no Bloco B, quanto à coordenação da GI, buscou identificar o consenso se a coordenação pode ser atribuída para profissionais de diferentes áreas. Essa questão obteve média de 4,00 e coeficiente de variação de 12,91%. Alguns especialistas comentaram sobre a nova questão da coordenação da equipe de GI. Entre esses comentários, destaca-se que a gestão da GI deve ser atribuída para pessoas com elevado conhecimento em tecnologias e sistemas de informação, mas que tenham

experiência em gestão de processos administrativos. Considerando que os especialistas são pessoas das áreas contábil e administrativa, nota-se a preocupação com o domínio das tecnologias e sistemas de informação, bem como a comunicação com os profissionais dessa área.

O ranqueamento dos blocos após a segunda rodada é apresentado na Tabela 10.

Tabela 10

Resultado Consolidado da 2ª rodada - Consenso de Governança da Informação

Blocos de Questões	Média	Coefficiente de Variação
E - Contribuições da Governança da Informação às atividades administrativa, financeira e contábil	4,51	14,60%
C - <i>Framework</i> da Governança da Informação	4,49	15,75%
D - Governança Corporativa e suas relações	4,46	15,14%
A - Objetivos da Governança da Informação	4,39	21,67%
B - Coordenação e Equipe da Governança da Informação	4,23	24,19%

O consenso obtido para os Blocos A e B sugerem que a informação é considerada um processo técnico relacionado à TI e SI. Contudo, a informação contábil-financeira, por exemplo, descontextualizada do ambiente organizacional e sem a interação humana para gerar o sentido para ela não é uma informação de valor. Em outras palavras, esse resultado indica que a informação não é considerada a conclusão de um processo (ciclo da informação), que combina elementos de sistemas e tecnologias da informação com a capacidade humana de identificar sua necessidade e, bem como sentido e valor para que tenha as características que a qualificam.

Ademais, foi possível verificar o quanto os participantes acreditam que a GI pode ser uma metodologia relevante para as áreas de gestão, o que reforça sua efetividade na gestão de informações contábeis e financeiras.

Na Tabela 11, comparativa dos resultados consolidados da primeira e da segunda rodada, houve alteração na posição dos Blocos A (de 5ª posição para 4ª posição), B (de 3ª posição para 5ª posição) e D (de 4ª posição para 3ª posição). Esse posicionamento reforça a compreensão obtida na primeira rodada: o fato de os especialistas consultados serem da área de negócios, sugerindo que o consenso esteja atrelado aos potenciais benefícios que a GI pode proporcionar (Bloco E) e sua organização e relação com a GC (Blocos C e D, respectivamente). Nota-se, além disso, maior distanciamento da média e maior coeficiente de variação para os Bloco A e, principalmente, o Bloco B.

Tabela 11

Resultado Consolidado da 1ª e 2ª rodada - Consenso de Governança da Informação

Blocos de Questões	Resultado consolidado 1ª rodada		Resultado consolidado 2ª rodada	
	Média	Coefficiente de Variação	Média	Coefficiente de Variação
A - Objetivos da Governança da Informação	4,39	23,22%	4,39	21,67%
B - Coordenação e Equipe da Governança da Informação	4,47	22,93%	4,23	24,19%
C - <i>Framework</i> da Governança da Informação	4,49	15,75%	4,49	15,75%
D - Governança Corporativa e suas relações	4,45	15,14%	4,46	15,14%
E - Contribuições da Governança da Informação às atividades administrativa, financeira e contábil	4,51	14,60%	4,51	14,60%

Foi possível verificar que, no bloco E, que trata das contribuições da GI às atividades administrativas, financeira e contábil, não houve alteração da média e coeficiente da primeira para a segunda rodada. Assim sendo, manteve-se com a mesma nota e com a maior nota nas duas rodadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve, como objetivo, identificar como profissionais, docentes e/ou pesquisadores da área de gestão do Brasil compreendem a Governança da Informação. Para responder a esse objetivo, foi aplicada a estratégica do método *Delphi* de coleta de dados, em duas rodadas, com a participação de 15 especialistas da área contábil e de negócios. Considera-se que essa estratégia (método *Delphi*) foi adequada para desenvolver o objetivo, diante do objetivo proposto e dos resultados que foram alcançados.

Acredita-se que a utilização do método *Delphi* foi o mais adequado para a realização desta pesquisa, pois permitiu levantar um consenso dos especialistas sobre o que eles compreendem ser a GI, assim como a ordem de relevância de todo o contexto (*framework*, objetivos, equipe, conceito e relações) que a fundamenta.

Além disso, a aplicação de um questionário *online* permitiu que fosse possível realizar entrevistas com especialistas de diferentes regiões do Brasil, em um mesmo período de tempo, o que não seria viável ter o mesmo resultado em curto tempo, caso as entrevistas fossem realizadas presencialmente.

O questionário foi estruturado na revisão de literatura realizada na primeira fase desta dissertação de mestrado, o que permitiu que o trabalho tivesse um aporte teórico para responder ao objetivo desta pesquisa. Quanto à escolha dos especialistas, foram selecionados aqueles que

possuíam conhecimento sobre a GI, pois o intuito era confirmar os achados teóricos com os aprendizados desses profissionais.

Essa compreensão do consenso GI, fundamentada em um aporte teórico e confirmada com os especialistas da área, permitirá que esse questionário seja replicado nas empresas e nas universidades, com os docentes e discentes das áreas de gestão. Se aplicado esse questionário nas empresas, permitirá instigar nos profissionais e gestores o quão necessário faz-se um sistema de gestão das informações. Se aplicado nas universidades, com docentes e/ou discentes, propiciará verificar a compreensão desses profissionais sobre a GI e instigar a inserção de temáticas contemporâneas para a formação dos futuros profissionais da grande área de gestão.

Quanto ao instrumento de pesquisa, ele foi organizado em cinco blocos com predomínio de questões com Escala do tipo Likert de 5 pontos. Os blocos foram organizados por eixo temático: A - Objetivos da Governança da Informação; B - Coordenação e Equipe da Governança da Informação; C - *Framework* da Governança da Informação; D - Governança Corporativa e suas relações; E - Contribuições da Governança da Informação às atividades administrativa, financeira e contábil. Cada eixo abordou aspectos distintos, porém complementares.

Os resultados, alcançados na segunda rodada, mostraram que os especialistas participantes indicaram maior consenso de compreensão dos aspectos que indicam os efeitos da GI para as atividades relacionadas às áreas que são afetos (Bloco E), em contraponto a menor compreensão dos objetivos da GI (Bloco A). Conclui-se, a partir desse resultado, que a GI é um assunto não consolidado entre os especialistas, pois os benefícios potenciais são percebidos, mas os fundamentos que levam a esses benefícios (objetivos da GI) têm menor média de consenso.

Outro aspecto que reforça essa conclusão é o fato do menor consenso quanto à coordenação e composição da equipe de GI e o seu *framework*. No *framework*, por meio dos seus pilares e alavancas, tem-se a indicação da multidisciplinaridade de conhecimentos. Porém, quanto se trata de pessoas que compõem e, principalmente, quem gerencia a equipe GI, nota-se que os especialistas tendem a considerar a informação um processo técnico e desconsidera o elemento humano que caracteriza a necessidade e o uso da informação.

Analisando os resultados consolidados, pode-se verificar que quanto aos aspectos estruturais da GI, conceituais que inserem a GI e a GC e as contribuições da GI para a área de gestão não sofreram grandes variações de uma rodada para a outra, o que mostra um equilíbrio da importância desses pontos para a GI.

Todavia, os objetivos sofreram uma variação no coeficiente de variação. Portanto, a sugestão de métricas como um dos objetivos da GI pode denotar a preocupação com os resultados da aplicação de práticas de TI e SI e a tentativa de objetivar as características que qualificam a informação. Mas, a capacidade humana que define o ciclo de vida, bem como o sentido e o valor da informação deve ser considerada como parte do processo da informação. Essa capacidade humana é aplicada ao longo do processo e pode implicar a qualidade da informação.

Esta pesquisa apresenta limitações quanto ao número de especialistas participantes, considerando a população, inicialmente, identificada como potenciais especialistas. Esse número reduzido de participantes pode implicar maior sensibilidade nos resultados. Também não permitiu comparar os resultados em dois grupos: especialistas de mercado versus especialistas acadêmicos, que era o objetivo inicial da pesquisa e teve que ser mudado em decorrência do número de participantes. A comparação em dois grupos fica como sugestão para estudos futuros afim de identificar as diferenças e similaridades entre especialistas da mesma área, com foco de atuação diferente.

Sugere-se, igualmente, que este estudo seja aplicado em empresas visando levantar o consenso dos profissionais da área contábil sobre a GI, assim como, sugere-se que esse questionário seja replicado nas universidades com os docentes e discentes da área contábil para levantar o conhecimento da GI na área contábil e instigar novos saberes para a formação do profissional da Contabilidade.

REFERÊNCIAS

- Abraham, R., Schneider, J., & vom Brocke, J. (2019). Data governance: A conceptual framework, structured review, and research agenda. *International Journal of Information Management*, 49, 424–438.
<https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2019.07.008>
- Apostolou, B., Dorminey, J. W., & Hassell, J. M. (2022). Accounting education literature review (2021). *Journal of Accounting Education*, 59, 100781.
<https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2022.100781>
- Assis, C. B. (2018). Governança da Informação: viabilizadores e inibidores para adoção organizacional. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Digital Library USP. DOI:10.11606 / T.3.2018.tde-27042018-102121
- Aziz, F., Rankin, J. H., & Waugh, L. M. (2016). Construction organizational-level information management framework. *Journal of Management in Engineering*, 32(2), 04015043.

- Coyne, E., Coyne, J., & Walker, K. (2018). Big data information governance by accountants. *International Journal of Accounting & Information Management*, 26(1), 153-170. <https://doi.org/10.1108/IJAIM-01-2017-0006>
- de Maine, S. D. (2016). Preparing Law Students for Information Governance. *Legal Reference Services Quarterly*, 35(2), 101–123. <https://doi.org/10.1080/0270319X.2016.1177422>
- Donaldson, A., & Walker, P. (2004). Information governance—a view from the NHS. *International Journal of Medical Informatics*, 73, 281-284.
- Faria, F. A. (2013). *Os fatores da Governança da Informação e seus efeitos diretos e indiretos sobre o valor na percepção dos executivos de TI: um modelo para a indústria bancária*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital da UFRGS. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/86089>
- Guetat, S. B. A., & Dakhli, S. B. D. (2015). The Architecture Facet of Information Governance: The Case of Urbanized Information Systems. Conference on Enterprise Information Systems / International Conference on Project Management / Conference on Health and Social Care Information Systems and Technologies, CENTERIS / Projman / Hcist 2015. *Procedia Computer Science* 64, 1088-1098.
- Hagmann, J. (2013). Information governance – beyond the buzz. *Records Management Journal*, 23(3), 228-240. <https://doi.org/10.1108/RMJ-04-2013-0008>
- Hoseinirad, S. D., Ghasemi, M., & Mohseni, A. (2022). Investigating the Effects of Entrepreneurial Orientation on Financial Performance Considering the Moderating Role of Accounting Information Quality. *Journal of Financial Accounting Research*, 14(1), 1–16. <https://doi.org/10.22108/far.2021.128255.1745>
- Isa, A. M., Sharif, S. M., Ali, R. M. & Nordin, N. M. (2019). Managing evidence of public accountability: An information governance perspective. *International Journal of Innovation, Creativity and Change*, 10(7), 142–153.
- Kooper, M.N., Maes, R., & Roos Lindgreen, E. E. O. (2011). On the governance of information: Introducing a new concept of governance to support the management of information. *International Journal of Information Management*, 31(3), 195-200. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2010.05.009>
- Lajara, T. T., & Maçada, A. C. (2013). Information governance framework: The defense manufacturing case study. *19th Americas Conference on Information Systems, AMCIS 2013 - Hyperconnected World: Anything, Anywhere, Anytime*, 3, 1984–1993.
- Lien, D. T. Q. (2021). Accounting Information System in the Digital Economy in Vietnam. *Journal La Bisecoman*, 2(5), 31–36. <https://doi.org/10.37899/journallabisecoman.v2i5.514>
- Lillywhite, T. P. (2004). Implementing BS7799 in the UK National Health Service. *Computer Fraud and Security*, v. 2004 (2), p. 4-8. DOI: 10.1016/S1361-3723(04)00027-2

- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2016). *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. 3 ed. São Paulo: Grupo Gen-Atlas.
- Moura, L. M. F. de Brauner, D. F., & Janissek-Muniz, R. (2020). *Blockchain e a Perspectiva Tecnológica para a Administração Pública: Uma Revisão Sistemática*. *Revista de Administração Contemporânea*, 24, 259–274. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190171>
- Oliveira, C., Behr, A., & Maçada, A. C. (2019). Establishing the Main Mechanisms for the Accounting Information Governance: a Delphi study with Accountants. *Twenty-fifth Americas Conference on Information Systems*.
- Paré, G., Cameron, A., Poba-Nzaou, P., & Templier, M. (2013) A systematic assessment of rigor in information systems ranking-type Delphi studies. *Information & Management*, 50(5), 207-217.
- Permatasari, M. P., Triyuwono, I., & Mulawarman, A. D. (2021). Islamic Values in Accounting Information Governance of Third-Sector Organization. *Journal Akuntansi Multiparadigm*, 12(1), 1-26. <http://dx.doi.org/10.21776/ub.jamal.2021.12.1.01>
- Santos, F. D. S. (2018). Informação fontábil-fiscal em governos locais sob a perspectiva das capacidades dinâmicas. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá]. Repositório Digital da UEM. http://www.pco.uem.br/0-arquivos/dissertacoes/2018_filipe-da-silva-santos.pdf
- Salehi, A. K. (2022). Critical review of the role of accounting in the decision-making process. *Journal of Islamic Accounting and Business Research, ahead-of-print*(ahead-of-print). <https://doi.org/10.1108/JIABR-12-2021-0310>
- Silva, M. D. T. e, Carvalho, R. B., Castro, J. M. de, & Soares, M. V. (2021). Governança da Informação no contexto dos módulos contábeis dos sistemas Enterprise Resource Planning (ERP) para a indústria 4.0: Proposta de framework. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, 10(3), 1–11. <https://doi.org/10.5380/atoz.v10i3.81477>
- Smallwood, R. F. (2014). *Information Governance, Concepts, Strategies and Best Practices*. Wiley.
- Soma, K., Termeer, C. J. A. M., & Opdam, P. (2016). Informational governance – A systematic literature review of governance for sustainability in the Information Age. *Environmental Science & Policy*, 56, 89-99. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2015.11.006>
- Tallon, P. P., Ramirez, R. V., & Short, J. E. (2014). The information artifact in IT Governance: toward a theory of Information Governance. *Journal of Management Information Systems*, 30(3), 141-178. <https://doi.org/10.2753/MIS0742-1222300306>
- Tyagi, A. (2021). *Information Governance Program Implementation and Strategies in Banking Sector* (SSRN Scholarly Paper ID 3804620). Social Science Research Network. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3804620>

- Uyar, Ali; Gungormus, Ali Haydar; & Kuzey, Cemil. (2017). Impact of the Accounting Information System on Corporate Governance: Evidence from Turkish Non-Listed Companies, *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 11(1), 9-27. doi:10.14453/aabfj.v11i1.3
- Walsh, M. J., McAvoy, J., & Sammon, D. (2022). Grounding data governance motivations: A review of the literature. *Journal of Decision Systems*, 31(sup1), 282–298. <https://doi.org/10.1080/12460125.2022.2073637>
- Worrell, J. L., Di Gangi, P. M., & Bush, A. A. (2013). Exploring the use of the Delphi method in accounting information systems research. *International Journal of Accounting Information Systems*, 14(3), 193–208. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2012.03.003>
- Wright, J. T. C., & Giovinazzo, R. A. (2000). DELPHI - uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. *Caderno de Pesquisas em Administração*, 1(abr./ju 2000), 54-65
- Zhai, J., & Wang, Y. (2016). Accounting information quality, governance efficiency and capital investment choice. *China Journal of Accounting Research*, 9(4), 251-266. <https://doi.org/10.1016/j.cjar.2016.08.001>

Apêndice A – Questionário Estruturado (1ª rodada)

1	Bloco A - Objetivo da Governança da Informação (1 – discordo totalmente; 5 – concordo totalmente)
1a	Integrar as áreas organizacionais no processo e fluxo da informação
1b	Definir práticas sobre o ciclo de vida e qualidade da informação
1c	Definir práticas de segurança e gestão de riscos dos dados/informação
2d	Alinhar, de modo estratégico, a informação corporativa ao negócio
2e	Auxiliar na definição dos recursos afetos à informação (infraestrutura, pessoas, sistemas)
3	Questão aberta: Se necessário, neste campo, você pode comentar a resposta das questões deste bloco
4	Questão aberta: Fique à vontade, em sugerir questões adicionais
	Bloco B - Coordenação e Equipe da Governança da Informação (1 – discordo totalmente; 5 – concordo totalmente)
5	A coordenação da Governança da Informação deve ser uma atribuição exclusiva de gestores de TI.
6	A equipe de Governança da Informação deve ser composta por profissionais de diferentes áreas.
7	(<i>múltipla escolha</i>) São profissionais aptos a coordenar ou compor a equipe de Governança da Informação nas organizações:
	Profissionais da área da Tecnologia da Informação
	Profissionais da área Administrativa-Financeira
	Profissionais da área de Contábil
	Outros: _____
	Bloco C - Framework da Governança da Informação (1 – discordo totalmente; 5 – concordo totalmente)
8	As políticas e estratégias de negócio das organizações devem alinhar as práticas e estratégias da Governança da Informação.
9	As políticas e práticas de conformidade (<i>compliance</i>) de negócio das organizações devem alinhar as práticas e estratégias de conformidade informacional, aplicáveis nos ambientes interno e externo, por meio da Governança da Informação (por exemplo, Lei Geral de Proteção de Dados).
10	A qualidade da informação compreende os objetivos, as características e a delimitação do que a organização define como qualidade informacional (o que, para quem, quando, como) para fins intra e interorganizacional.

11	A segurança da informação compreende os requisitos de proteção e privacidade dos dados, bem como medidas contingenciais quando necessárias, que devem ser praticadas nas atividades organizacionais do fluxo/processo informacional.
12	O corpo diretivo estratégico da organização deve definir as responsabilidades, papéis, recursos materiais e humanos necessários para implementar e manter as diretrizes e práticas da Governança da Informação.
13	Desenvolver e manter canais de comunicação (treinamentos, capacitações, assistência, entre outros) para tratar da mudança organizacional e minimizar os efeitos da resistência são necessários para a adoção das diretrizes e práticas da Governança da Informação.
14	O corpo diretivo estratégico da organização e o corpo diretivo da Governança da Informação tratam de questões organizacionais (quem? quando? como? quais recursos?) para implementar e manter as diretrizes e práticas de Governança da Informação.
15	A arquitetura da informação contempla os usuários, conteúdo e contexto da informação e integra com a arquitetura dos sistemas de informação (modelagem, processamento, distribuição e uso da informação), para organizar os bancos de dados
16	Os métodos e ferramentas relacionados às tecnologias e a sistemas de informação dão suporte para a implementação da arquitetura de informação e da Governança da Informação.
17	Os métodos e ferramentas de tecnologias e sistemas de informação estão relacionados com os aspectos operacionais (quais ferramentas? como? por quê?), de monitoramento, medição e aplicação de conformidade às regras e padrões da arquitetura da informação, restrições legais e qualidade e segurança da informação.
18	As decisões do corpo diretivo estratégico da organização e do corpo diretivo da Governança da Informação contribuem para o atingimento e manutenção tanto da maturidade da arquitetura quanto da maturidade de tecnologia e sistemas da informação.
19	As decisões do corpo diretivo estratégico da organização e do corpo diretivo da Governança da Informação, somado com a maturidade da arquitetura e da tecnologia e sistemas de informação, contribuem para o atingimento e manutenção da Governança da Informação.
20	A maturidade da Governança da Informação contribui para o atingimento e manutenção da maturidade de Governança Corporativa quanto ao processo/fluxo informacional.
21	As atribuições de papéis e responsabilidades quanto à propriedade de dados e informação, estabelecimento de políticas, mecanismos de supervisão e controle são práticas relacionadas à estrutura administrativa da organização.
22	O ciclo de vida da informação com base em critérios de necessidade e utilidade; armazenamento e retenção, práticas de <i>backup</i> e recuperação de dados, monitoramento de acessos, migração de dados entre níveis de armazenamento, por exemplo, são práticas relacionadas a processos informacionais na estrutura administrativa da organização.
23	Educação e orientação quanto ao uso de dados e informação, quanto à comunicação/disseminação da informação são práticas relacionais aplicadas para a interação entre os usuários da informação nos ambientes interno e externo à organização.
24	Questão aberta: Se necessário, neste campo, você pode comentar a resposta das questões deste bloco
25	Questão aberta: Fique à vontade, em sugerir questões adicionais
	Bloco D - Governança Corporativa e suas relações (1 – discordo totalmente; 5 – concordo totalmente)
26	A Governança Corporativa estabelece políticas e diretrizes para a gestão corporativa, isto é, do negócio, da informação corporativa, dos recursos humanos, dos recursos de infraestrutura (operacional, tecnológica e administrativa).
27	A Governança da Informação estabelece políticas e práticas para obtenção, registro, manutenção, uso, compartilhamento e segurança das informações
28	A Governança de Dados assegura os procedimentos que envolvem sistemas, processos e regras para que os dados tenham qualidade e segurança.
29	A Governança da Tecnologia da Informação orienta, avalia, otimiza e acompanha o uso de tecnologias e sistemas de informação nas organizações para o cumprimento de suas atividades
30	A Governança da Informação é parte integrante da Governança Corporativa, com aspectos que imbricam com a Governança de Dados e Governança da Tecnologia Informação
31	A Governança de Dados é parte integrante da Governança Corporativa, com aspectos que imbricam com a Governança da Tecnologia da Informação e Governança da Informação

32	A Governança de Tecnologia da Informação é parte integrante da Governança Corporativa, com aspectos que imbricam com a Governança de Dados e Governança da Informação
33	A maturidade da Governança Corporativa contribui para o atingimento da maturidade da:
33a	Governança da Informação.
33b	Governança de Dados
33c	Governança da Tecnologia da Informação
34	Questão aberta: Se necessário, neste campo, você pode comentar a resposta das questões deste bloco
35	Questão aberta: Fique à vontade, em sugerir questões adicionais
	Bloco E - Governança da Informação e Contabilidade (1 – discordo totalmente; 5 – concordo totalmente)
36	A Governança da Informação contribui para o desenvolvimento de atividades contábil-administrativas como <i>data analytics</i> , <i>big data</i> , <i>business intelligence</i> entre outras.
37	A Governança da Informação contribui para a integração da informação estruturada (de natureza econômico-financeira) com a informação não estruturada (aquelas de natureza socioambiental, por exemplo).
38	A Governança da Informação contribui para a qualidade e valor da informação, aumentando a utilidade da informação econômico-financeira, por exemplo.
39	A Governança da Informação contribui para a validação e segurança dos dados na avaliação da conformidade de sistemas de informações contábeis, práticas de auditoria, por exemplo.
40	A Governança da Informação deve ser parte do conhecimento de profissionais que atuam na área Administrativa Financeira
41	A Governança da Informação deve ser parte do conhecimento de profissionais que atuam na área Contábil
42	A Governança da Informação deve ser parte do conhecimento de profissionais que atuam na área de Controladoria
43	A Governança da Informação deve ser parte do conhecimento de profissionais que atuam na área de Auditoria
44	Questão aberta: Se necessário, neste campo, você pode comentar a resposta das questões deste bloco
45	Questão aberta: Fique à vontade, em sugerir questões adicionais

Apêndice B – Questionário Estruturado (2ª rodada)

1	Bloco A - Objetivo da Governança da Informação (1 – discordo totalmente; 5 – concordo totalmente)
1a	Integrar as áreas organizacionais no processo e fluxo da informação
1b	Definir práticas sobre o ciclo de vida e qualidade da informação
1c	Definir práticas de segurança e gestão de riscos dos dados/informação
2d	Alinhar, de modo estratégico, a informação corporativa ao negócio
2e	Auxiliar na definição dos recursos afetos à informação (infraestrutura, pessoas, sistemas)
2f	Definir métricas (KPIs) para a informação (valor, qualidade, <i>compliance</i> , segurança, gestão de riscos)
3	Questão aberta: Se necessário, neste campo, você pode comentar a resposta das questões deste bloco
4	Questão aberta: Fique à vontade, em sugerir questões adicionais
	Bloco B - Coordenação e Equipe da Governança da Informação (1 – discordo totalmente; 5 – concordo totalmente)
5	A coordenação da Governança da Informação por ser exercida por profissionais de diferentes áreas (de tecnologia da informação, administrativa-financeira, contábil, por exemplo), aptos a essa atividade.
6	A equipe de Governança da Informação deve ser composta por profissionais de diferentes áreas.
7	(múltipla escolha) São profissionais aptos a coordenar ou compor a equipe de Governança da Informação nas organizações:
	Profissionais da área da Tecnologia da Informação
	Profissionais da área Administrativa-Financeira
	Profissionais da área de Contábil
	Outros:

	Bloco C - Framework da Governança da Informação (1 – discordo totalmente; 5 – concordo totalmente)
8	As políticas e estratégias de negócio das organizações devem alinhar as práticas e estratégias da Governança da Informação.
9	As políticas e práticas de conformidade (<i>compliance</i>) de negócio das organizações devem alinhar as práticas e estratégias de conformidade informacional, aplicáveis nos ambientes interno e externo, por meio da Governança da Informação (por exemplo, Lei Geral de Proteção de Dados).
10	A qualidade da informação compreende os objetivos, características e delimitação do que a organização define como qualidade informacional (o que, para quem, quando, como) para fins intra e interorganizacional.
11	A segurança da informação compreende os requisitos de proteção e privacidade dos dados, bem como medidas contingenciais quando necessárias, que devem ser praticadas nas atividades organizacionais do fluxo/processo informacional.
12	O corpo diretivo estratégico da organização deve definir as responsabilidades, papéis, recursos materiais e humanos necessários para implementar e manter as diretrizes e práticas da Governança da Informação.
13	Desenvolver e manter canais de comunicação (treinamentos, capacitações, assistência, entre outros) para tratar da mudança organizacional e minimizar os efeitos da resistência são necessários para a adoção das diretrizes e práticas da Governança da Informação.
14	O corpo diretivo estratégico da organização e o corpo diretivo da Governança da Informação tratam de questões organizacionais (quem? quando? como? quais recursos?) para implementar e manter as diretrizes e práticas de Governança da Informação.
15	A arquitetura da informação contempla os usuários, conteúdo e contexto da informação e integra com a arquitetura dos sistemas de informação (modelagem, processamento, distribuição e uso da informação) para organizar os bancos de dados
16	Os métodos e as ferramentas relacionados às tecnologias e a sistemas de informação dão suporte para a implementação da arquitetura de informação e da Governança da Informação.
17	Os métodos e ferramentas de tecnologias e sistemas de informação estão relacionados com os aspectos operacionais (quais ferramentas? como? por quê?), de monitoramento, medição e aplicação de conformidade às regras e padrões da arquitetura da informação, restrições legais e qualidade e segurança da informação.
18	As decisões do corpo diretivo estratégico da organização e do corpo diretivo da Governança da Informação contribuem para o atingimento e manutenção tanto da maturidade da arquitetura quanto da maturidade de tecnologia e sistemas da informação.
19	As decisões do corpo diretivo estratégico da organização e do corpo diretivo da Governança da Informação, somado com a maturidade da arquitetura e da tecnologia e sistemas de informação, contribuem para o atingimento e manutenção da Governança da Informação.
20	A maturidade da Governança da Informação contribui para o atingimento e manutenção da maturidade de Governança Corporativa quanto ao processo/fluxo informacional.
21	As atribuições de papéis e responsabilidades quanto à propriedade de dados e informação, estabelecimento de políticas, mecanismos de supervisão e controle são práticas relacionadas à estrutura administrativa da organização.
22	O ciclo de vida da informação com base em critérios de necessidade e utilidade; armazenamento e retenção, práticas de <i>backup</i> e recuperação de dados, monitoramento de acessos, migração de dados entre níveis de armazenamento, por exemplo, são práticas relacionadas a processos informacionais na estrutura administrativa da organização.
23	Educação e orientação quanto ao uso de dados e informação, quanto à comunicação/disseminação da informação são práticas relacionadas aplicadas para a interação entre os usuários da informação nos ambientes interno e externo à organização.
24	Questão aberta: Se necessário, neste campo, você pode comentar a resposta das questões deste bloco
25	Questão aberta: Fique à vontade, em sugerir questões adicionais
	Bloco D - Governança Corporativa e suas relações (1 – discordo totalmente; 5 – concordo totalmente)

26	A Governança Corporativa estabelece políticas e diretrizes para a gestão corporativa, isto é, do negócio, da informação corporativa, dos recursos humanos, dos recursos de infraestrutura (operacional, tecnológica e administrativa).
27	A Governança da Informação estabelece políticas e práticas para obtenção, registro, manutenção, uso, compartilhamento e segurança das informações
	A Governança de Dados assegura os procedimentos que envolvem sistemas, processos e regras para que os dados tenham qualidade e segurança.
28	A Governança da Tecnologia da Informação orienta, avalia, otimiza e acompanha o uso de tecnologias e sistemas de informação nas organizações para o cumprimento de suas atividades
29	A Governança da Informação é parte integrante da Governança Corporativa, com aspectos que imbricam com a Governança de Dados e Governança da Tecnologia da Informação
30	A Governança de Dados é parte integrante da Governança Corporativa, com aspectos que imbricam com a Governança da Tecnologia da Informação e Governança da Informação
31	A Governança de Tecnologia da Informação é parte integrante da Governança Corporativa, com aspectos que imbricam com a Governança de Dados e Governança da Informação
32	A maturidade da Governança Corporativa contribui para o atingimento da maturidade da:
32a	Governança da Informação.
32b	Governança de Dados
32c	Governança da Tecnologia da Informação
33	Questão aberta: Se necessário, neste campo, você pode comentar a resposta das questões deste bloco
34	Questão aberta: Fique à vontade, em sugerir questões adicionais
	<i>Bloco E – Governança da Informação e Contabilidade (1 – discordo totalmente; 5 – concordo totalmente)</i>
35	A Governança da Informação contribui para o desenvolvimento de atividades contábil-administrativas como <i>data analytics, big data, business intelligence</i> entre outras.
36	A Governança da Informação contribui para a integração da informação estruturada (de natureza econômico-financeira) com a informação não estruturada (aquelas de natureza socioambiental, por exemplo).
37	A Governança da Informação contribui para a qualidade e valor da informação, aumentando a utilidade da informação econômico-financeira, por exemplo.
38	A Governança da Informação contribui para a validação e segurança dos dados na avaliação da conformidade de sistemas de informações contábeis, práticas de auditoria, por exemplo.
39	A Governança da Informação deve ser parte do conhecimento de profissionais que atuam na área Administrativa Financeira
40	A Governança da Informação deve ser parte do conhecimento de profissionais que atuam na área Contábil
41	A Governança da Informação deve ser parte do conhecimento de profissionais que atuam na área de Controladoria
42	A Governança da Informação deve ser parte do conhecimento de profissionais que atuam na área de Auditoria
43	Questão aberta: Se necessário, neste campo, você pode comentar a resposta das questões deste bloco
44	Questão aberta: Fique à vontade, em sugerir questões adicionais

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou verificar a relação entre a Governança da Informação e a Contabilidade. Diante disso, o presente estudo buscou responder a seguinte questão norteadora: Qual a relação entre a Governança da Informação e a Contabilidade? para compreender a percepção de profissionais e docentes da área contábil sobre a relação entre Governança da Informação e Contabilidade, sendo que os objetivos específicos foram: a) Identificar a relação existente entre a Governança da Informação e a Contabilidade, por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura ; b) Analisar a percepção de profissionais, docentes e/ou pesquisadores da área contábil sobre a relação entre Governança da Informação e Contabilidade.

Com base nos objetivos específicos, pode-se concluir que a Governança da Informação se trata de uma temática contemporânea, porém necessária para a formação dos futuros profissionais da Contabilidade. O ambiente altamente regulamentado, exigibilidade de formação analítica do profissional contábil e uma gestão assídua no trato informacional fazem com que, cada vez mais, conhecimentos de sistemas de gestão das informações estratégicas sejam necessários para serem utilizados pelas organizações e profissionais. O conhecimento sobre GI não pode ser algo que as empresas e os profissionais adquiram como complementar à governança corporativa, pois gerir informações trata-se de uma carência do mercado.

Foi possível depreender, na primeira etapa desta pesquisa, que há poucas investigações que abordam a GI no contexto brasileiro, enfatizando a importância de inserir essa temática nas academias. Também foi possível depreender que gerir muitas informações é um dos problemas que os profissionais de Contabilidade enfrentam e, por isso, faz-se necessário que eles acompanhem os avanços tecnológicos, as atualizações e as exigências do mercado, ao mesmo passo que buscam aprimoramento sobre a prática profissional.

Com a segunda etapa, foi possível depreender que a GI é uma temática já inserida na prática profissional, porém os fundamentos teóricos (o que são: objetivos, relações da GI e a composição multidisciplinar da equipe) não são consensuais. Outro aspecto que reforça isso foi observado nas sugestões de novas perguntas e nos comentários às questões, obtidos na primeira rodada. Notou-se preocupação com aspectos objetivos da informação, tratada como uma técnica e, por outro lado, não se observou questionamentos sobre o contexto da informação, como o elemento humano afeta o ciclo e qualidade da informação.

De modo geral, considera-se que esta pesquisa atingiu seu objetivo, que foi compreender a relação entre a Governança da Informação e a Contabilidade por meio da visão de profissionais, docentes e/ou especialistas na área contábil, pois foi levantado um consenso acerca do que é essa temática e sua importância para as áreas de negócios, como a Contabilidade.

Por fim, ressalta-se que este estudo se torna relevante para a compreensão dos profissionais, das empresas e dos pesquisadores sobre a relação existente da GI e a Contabilidade, uma vez que esse conhecimento possa agregar à Ciência Contábil, viabilizando futuras discussões acerca do tema sobre a GI. Contribui também em instigar a adequação de conhecimentos sobre o exercício prático do profissional da Contabilidade, assim como por colocar em evidência como a boa gestão das informações contábeis pode auxiliar as organizações a alavancarem seus negócios. Quanto às contribuições desta pesquisa, salienta-se que este estudo se torna relevante para a compreensão dos profissionais, das empresas e dos pesquisadores sobre a relação existente da GI e a Contabilidade, uma vez que esse conhecimento possa agregar à Ciência Contábil, viabilizando futuras discussões acerca do tema.

Sugere-se, para futuras pesquisas, que seja analisada a inserção de conteúdo da GI nas academias, tendo em vista que foi possível compreender teoricamente a relação existente entre a GI e a Contabilidade e a compreensão de profissionais e pesquisadores em gestão e Contabilidade acerca da GI. Por fim, recomenda-se a observação da inserção de uma disciplina de GI nas áreas correlatas à Contabilidade, como a Administração, Economia visando ampliar o escopo de análise da GI. Sugere-se, ademais, observar a prática da GI na Contabilidade.

REFERÊNCIAS

- Apostolou, B., Dorminey, J. W., & Hassell, J. M. (2022). Accounting education literature review (2021). *Journal of Accounting Education*, 59, 100781. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2022.100781>
- Carillo, K. D. A. (2017). Let's stop trying to be "sexy" – preparing managers for the (big) data-driven business era. *Business Process Management Journal*, 23(3), 598–622. <https://doi.org/10.1108/BPMJ-09-2016-0188>
- Coyne, E. M., Coyne, J. G., & Walker, K. B. (2018). Big Data information governance by accountants. *International Journal of Accounting & Information Management*, 26(1), 153–170. <https://doi.org/10.1108/IJAIM-01-2017-0006>
- deMaine, S. D. (2016). Preparing Law Students for Information Governance. *Legal Reference Services Quarterly*, 35(2), 101–123. <https://doi.org/10.1080/0270319X.2016.1177422>
- Huang, W., & Boateng, A. (2016). On the value relevance of analyst opinions and institutional shareholdings in China. *International Journal of Accounting and Information Management*, 24(3), 206–225. <https://doi.org/10.1108/IJAIM-07-2015-0042>
- Isa, A. M., Sharif, S. M., Ali, R. M., & Mohd, N. (2019). Managing Evidence of Public Accountability: An Information Governance Perspective. *International Journal of Innovation*, 10(7), 12.
- Knight, M. E., Boyle, D. M., Eckroth, J. L., & Hermanson, D. R. (2022). U.S. research-focused nontraditional doctoral accounting programs: A status update. *Journal of Accounting Education*, 58, 100763. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2021.100763>
- Nissim, D. (2022). Big data, accounting information, and valuation. *The Journal of Finance and Data Science*, 8, 69–85. <https://doi.org/10.1016/j.jfds.2022.04.003>
- Oliveira, C., Behr, A., & Maçada, A. C. G. (2019). Establishing the Main Mechanisms for the Accounting Information Governance: A Delphi study with Accountants. *AMCIS 2019 Proceedings*. https://aisel.aisnet.org/amcis2019/accounting_info_systems/accounting_info_systems/1
- Salehi, A.K. (2022). Critical review of the role of accounting in the decision-making process. *Journal of Islamic Accounting and Business Research*, ahead-of-print (ahead-of-print). <https://doi.org/10.1108/JIABR-12-2021-0310>
- Smallwood, R. F. (2014). *Information Governance: Concepts, Strategies and Best Practices*. John Wiley & Sons.
- Uyar, A., Gungormus, A., & Kuzey, C. (2017). Impact of the Accounting Information System on Corporate Governance: Evidence from Turkish Non-Listed Companies. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 11(1), 9–27. <https://doi.org/10.14453/aabfj.v11i1.3>